

PANORAMA

INVERNO 2016 / N.º 59

Contribuição da UE reforça a agenda urbana global da ONU

GRAND EST:
BENEFÍCIOS
E DESAFIOS PARA
A NOVA REGIÃO
FRANCESA

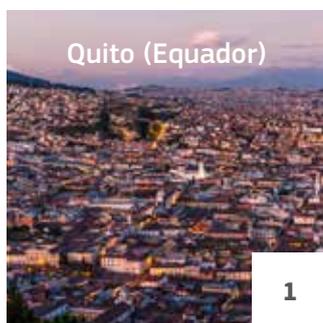


QUADRO DE
COMPETÊNCIAS
APOIA
ADMINISTRAÇÃO
DE FUNDOS



PANORAMA

EDITORIAL.....	03	EMPREENDEDORISMO ACADÉMICO NA POLÓNIA.....	24
CIDADES DA UE ASSUMEM O COMANDO	04	EM MOLDURA: VENCEDORES DO CONCURSO DE FOTOGRAFIA EIMR.....	25
PONTO DE DADOS: 1 – PLATAFORMA DE DADOS ABERTOS.....	08	PAPEL ESTRATÉGICO PARA GRAND EST NA UE.....	28
COMISSÁRIA CORINA CREȚU LIDERA DELEGAÇÃO DA UE EM QUITO	10	REGIÃO DO MAR BÁLTICO EXPLORA O HORIZONTE	36
AVALIAÇÃO <i>EX POST</i> SOBRE A POLÍTICA DE COESÃO.....	16	QUADRO DE COMPETÊNCIAS.....	38
EWRC 2016 DEIXA BOA IMPRESSÃO	18	MAPA: ÍNDICE DE PROGRESSO SOCIAL REGIONAL.....	40
VENCEDORES DOS PRÉMIOS REGIOSTARS RECEBEM APLAUSOS.....	20	REFERÊNCIA PARA A NAVEGAÇÃO LIMPA.....	42
ROMÉNIA E PAÍSES BAIXOS: COOPERAÇÃO PRÁTICA NO ÂMBITO DAS ESTRATÉGIAS RIS3.....	22	PROJETOS DA GRÉCIA E DOS PAÍSES BAIXOS.....	44
ABORDAGEM INTELIGENTE DA TOSCANA.....	23	ENTREVISTA COM ENRICO ROSSI.....	46
		NOTÍCIAS BREVES	48
		AGENDA.....	51



1



18



20



29

Nesta edição...

Seja bem-vindo à edição do inverno de 2016 da *Panorama*. O artigo principal desta edição analisa a participação da UE na recente conferência Habitat III, que teve lugar em Quito, Equador, e que permitiu a partilha de experiências de todas as partes do mundo no domínio do desenvolvimento urbano sustentável. Passamos em revista a bem-sucedida edição deste ano da Semana Europeia das Regiões e dos Municípios, revelamos algumas das principais conclusões da avaliação *ex post* do período de financiamento de 2007-2013 e aguardamos com expectativa o futuro da Estratégia para a Região do Mar Báltico. O nosso artigo aprofundado sobre uma região da UE apresenta a recém-criada região francesa do Grand Est e inclui entrevistas com o presidente da região e com as Comissárias Corina Crețu e Marianne Thyssen, bem como alguns projetos recentes e bem-sucedidos. A secção «Nas suas próprias palavras» desta edição apresenta os contributos da Polónia, Itália, Roménia e Países Baixos.

A nossa secção «Projetos» inclui os contributos da Grécia e dos Países Baixos, e a entrevista sobre projetos analisa em maior profundidade um projeto no domínio dos transportes marítimos na região do Sul do Báltico. Encontrará, igualmente, um poster com os melhores trabalhos do concurso de fotografia «Europe in My Region» (A Europa na minha região).

Ana Paula Laissy

ANA-PAULA LAISSY

Chefe da Unidade de Comunicação, Direção-Geral da Política Regional e Urbana, Comissão Europeia

EDITORIAL

Esta é a última edição da *Panorama* em 2016. É chegado o momento de pararmos para refletir sobre o ano que passou e olhar para 2017 através do prisma da política regional.

Analisando os últimos 12 meses, são claramente visíveis alguns marcos, mas gostaria de destacar apenas três.

O primeiro é a avaliação honesta e transparente das realizações da política regional no período financeiro de 2007-2013. Este foi, seguramente, o período mais duro na história da União Europeia, seja por motivos económicos ou políticos. No entanto, a avaliação mostra inequivocamente que a política regional representou uma corda de salvação para muitos Estados-Membros afetados por crises orçamentais. A nossa política ajudou um milhão de pessoas a encontrar emprego apesar da crise, apoiou milhares de pequenas e médias empresas europeias e melhorou as vidas de milhões de europeus ao investir no acesso a serviços básicos, como por exemplo a água potável.

No contexto da mais grave crise económica e financeira dos últimos 80 anos, a Política de Coesão proporcionou uma fonte vital de investimento público.

Em segundo lugar, estou especialmente satisfeita e orgulhosa da nossa proposta no sentido de dispensar o cofinanciamento de beneficiários para a reconstrução de zonas danificadas por catástrofes naturais. Também aqui é claro e visível o valor acrescentado da UE.

Em terceiro lugar, trabalhámos em conjunto com os Estados-Membros e as regiões para concluir com êxito os investimentos de 2007-2013 e lançar os novos em bases sólidas. Foram atribuídos mais de 120 mil milhões de euros a projetos específicos que contribuirão para melhorar a vida dos cidadãos em toda a União.

Contudo, o nosso maior desafio para 2017 não assentará na eficácia da política regional, mas sim na ação de convencer todos de que é, de facto, eficaz. A política regional deve fazer a diferença, mas é igualmente importante que seja entendida como tal!

O ano de 2017 será também marcado pela quadratura do círculo entre as novas prioridades que irão necessitar de recursos finan-



ceiros e os futuros orçamentos da UE que não deverão aumentar. Será também a nossa missão reconciliar, de alguma forma, o que poderá ser entendido como necessidades contraditórias: simplificar o acesso aos fundos da política regional, especialmente para os beneficiários mais pequenos, salvaguardando ao mesmo tempo o dinheiro dos contribuintes e melhorando a nossa velocidade de reação a eventos como as catástrofes naturais.

Sejamos honestos: em 2017, a política regional estará sob pressão, será criticada e alguns poderão alegar que é tempo de a abandonar.

Contudo, a política regional funciona mesmo! Em toda a Europa! e nós sabemos disso.

No entanto, estamos no vórtice de uma revolução societal e tecnológica, o que significa que temos de nos adaptar a estas mudanças. E esta é também uma questão de comunicação: como chegar aos 500 milhões de europeus cuja confiança nas instituições e nos meios de comunicação tradicionais está a ser destruída? De que mensagens, de que palavras e de que instrumentos necessitamos?

Ao longo de 2017, a *Panorama* mantê-lo-á informado sobre estas e outras questões. Por agora, pode ler mais acerca da avaliação de 2007-2013 nesta edição, quer em termos de criação de emprego, apoio para as empresas, transportes e combate às alterações climáticas.

É fundamental que estas boas notícias sejam devidamente comunicadas aos cidadãos da UE para que estes possam compreender, em maior pormenor, até que ponto a Política de Coesão produz melhorias reais e duradouras nas nossas vidas.

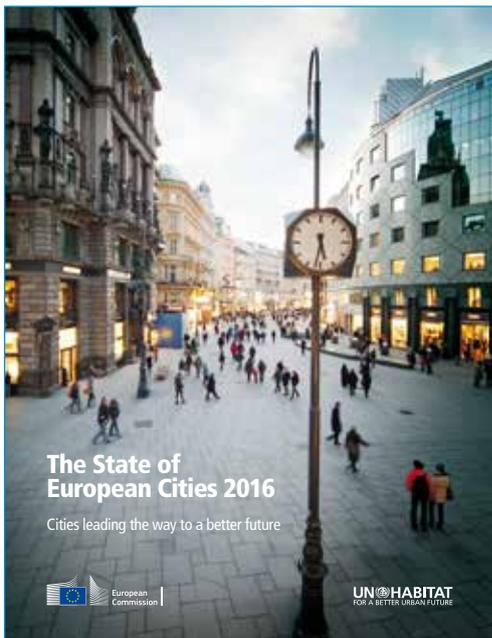
Desejo a todos o melhor ano possível em 2017.

CORINA CREȚU

Comissária Europeia para a Política Regional

Cidades europeias abrem o caminho

Um relatório novo revela que as cidades europeias desempenham um papel importante na transição para um futuro mais inovador, inclusivo e sustentável.



O novo relatório sobre o estado das cidades europeias mostra que as cidades europeias apresentam uma densidade duas vezes superior à das cidades norte-americanas. As cidades africanas, asiáticas e latino-americanas revelam uma densidade ainda mais elevada, mas são suscetíveis de se expandirem à medida que se tornam mais prósperas e se verifica uma melhoria das infraestruturas de

transporte. Algo fundamental para as suas necessidades energéticas futuras é se são capazes de manter densidades suficientemente elevadas para sustentar uma rede eficiente de transportes públicos, vias pedonais e ciclovias. Muitas cidades europeias oferecem bons exemplos de como é possível alcançar este objetivo.

As cidades europeias possuem várias características demográficas distintas. As cidades, especialmente as capitais, tendem a crescer mais rapidamente do que o país no seu todo. Atraem mais população em idade ativa à procura de ensino superior ou de um melhor emprego. As pessoas nascidas fora da UE tendem a concentrar-se nas cidades, especialmente nas grandes cidades da Europa Ocidental.

As cidades europeias prestam um contributo económico importante, gerando mais PIB e crescimento do emprego. Por exemplo, desde 2000, as cidades criaram mais 9 milhões de postos de trabalho, ao passo que outras áreas não adicionaram nenhum. As cidades registam também taxas de emprego mais elevadas. São mais produtivas e inovadoras e os seus residentes são mais instruídos.

Em quase todos os países, a capital apresenta o melhor desempenho. Em alguns países, parece apresentar um desempenho acima da média enquanto as outras cidades registam um desempenho abaixo da média. Algumas cidades parecem estar presas numa armadilha de rendimento médio, não sendo capazes de alcançar as de rendimento elevado e sendo confrontadas com a crescente concorrência das cidades de baixo rendimento.



“A publicação do relatório sobre o estado das cidades europeias fornece aos profissionais do meio urbano a nível europeu e nacional uma excelente perspetiva da situação nas cidades e nas vilas da Europa. Além disso, graças a este relatório, as cidades europeias podem comparar-se entre si. Todos os autarcas e presidentes das cidades devem ter acesso a este relatório!”



“*Apoiadas por um manancial de novos dados, as análises contidas nesta publicação mostram como as cidades europeias se encontram na vanguarda da criação de novos caminhos em termos económicos, ambientais e de governação.*”

Joan Clos, Secretário-Geral Adjunto das Nações Unidas e Diretor Executivo do Programa das Nações Unidas para os Estabelecimentos Humanos (ONU-Habitat)

Nível de vida

Socialmente, as cidades europeias oferecem um cenário misto. Nos Estados-Membros da UE Oriental, as cidades tendem a registar taxas mais baixas de desemprego, pobreza e exclusão. Em alguns Estados-Membros da UE Ocidental, as cidades registam taxas de desemprego mais elevadas, apesar da concentração de postos de trabalho nos seus territórios. Isto deve-se parcialmente a uma inadequação das competências, embora a discriminação também possa desempenhar um papel, já que os habitantes das cidades nascidos fora da UE registam taxas de emprego muito inferiores.

A habitação representa, contudo, uma área de preocupação. A habitação nas cidades tende a ser mais pequena e dispendiosa, levando mais agregados familiares a viverem em condições de superlotação. Muitos residentes em cidades de rendimento elevado afirmam que é difícil encontrar uma boa habitação a um preço razoável. Felizmente, as cidades em toda a UE apresentam melhores resultados em termos de ensino e formação, o que pode ajudar as pessoas a encontrar um emprego mais bem remunerado. A construção de mais habitações (a preços acessíveis) nas cidades com elevada procura ajudaria a reduzir a pobreza.

Os transportes representam uma preocupação constante para as cidades, com o congestionamento e a poluição a ocuparem, muitas vezes, um lugar de relevo na agenda política. Não obstante, proporcionam vários benefícios a nível da mobilidade. Devido às curtas distâncias até vários destinos diferentes, as deslocações a pé e de bicicleta oferecem alternativas realistas à condução. A concentração de população e a aglomeração de destinos tornam eficiente a disponibilização de transportes públicos.

No entanto, as cidades não apresentam automaticamente uma percentagem elevada de mobilidade hipocarbónica. Precisam de torná-la prática, eficiente e segura para incentivar mais pessoas a utilizar estes meios de transporte. Além disso, as cidades podem querer introduzir políticas como a tarifação do congestionamento ou taxas de estacionamento mais elevadas no seu centro para reduzir o tráfego. Isto traria também o benefício de

melhorar a qualidade do ar, que continua a ser uma ameaça para a saúde em muitas cidades e não está em conformidade com as diretivas da UE relativas à qualidade do ar.

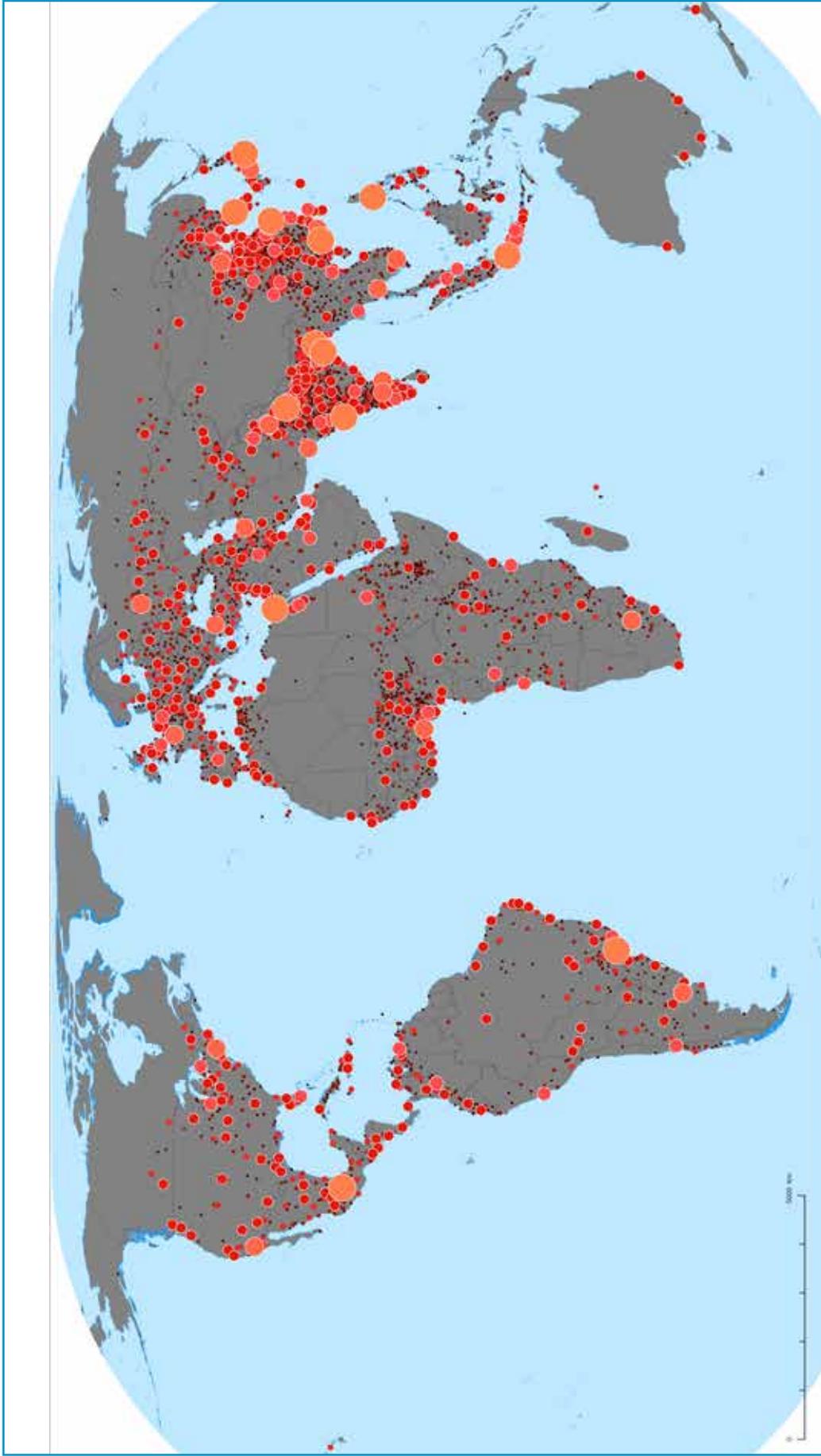
As cidades são mais eficientes em termos de recursos do que as vilas, os subúrbios ou as zonas rurais. Numa base *per capita*, utilizam menos solo e requerem menos estradas locais, o que implica poupanças de custos significativas em termos de investimento e manutenção. A utilização do solo *per capita* aumentou na maioria das cidades; contudo, mais de metade das que têm uma população em crescimento reduziu a quantidade de solo utilizado por residente.

Planeamento antecipado

As cidades estão a concentrar-se cada vez mais nas alterações climáticas. Muitas cidades da UE assinaram o Pacto de Autarcas, assumindo o compromisso de reduzir em 20 % as emissões de gases com efeito de estufa até 2020. Cada vez mais, as cidades estão a utilizar soluções baseadas na natureza que podem contribuir eficazmente para vários objetivos. Por exemplo, os telhados verdes podem ajudar a reduzir o impacto das ondas de calor, capturar as águas de escoamento e reduzir a necessidade de refrigeração.

Na maioria dos países, os governos locais, incluindo as cidades, desempenham um papel mais importante na política do que as regiões. No entanto, graças ao crescimento da população e à melhoria das ligações de transporte e da comunicação, o impacto de uma cidade nos dias de hoje estende-se muito além das suas fronteiras municipais. Isto significa que a governação urbana necessita de transitar para uma escala metropolitana para estar à altura destes mercados de trabalho e de habitação de maior dimensão, razão pela qual muitos países estão a testar diferentes sistemas de governação metropolitana.

As cidades necessitam de autonomia e recursos suficientes, de um processo de decisão claramente identificado, de apoio dos residentes e, possivelmente, de um autarca eleito diretamente. Apesar de a autonomia das cidades ter crescido nas



Centros urbanos no mundo por dimensão populacional, 2015 Habitantes

- Fonte: JRC (modelo de estabelecimentos globais GHS-POP)
- 100,000 - 250,000
 - 250,000 - 500,000
 - 500,000 - 1,000,000
 - 1,000,000 - 5,000,000
 - 5,000,000 - 10,000,000
 - 10,000,000 - 20,000,000
 - > 20,000,000



“ *Com este relatório, queremos mudar a perceção das cidades: de fontes de problemas a lugares com potencial.* ”

Corina Crețu, Comissária Europeia para a Política Regional

últimas duas décadas, a crise económica levou a uma redução do investimento público e da percentagem de investimento público gerido pelos governos locais.

Este relatório foi preparado para apoiar a Agenda Urbana da UE e a nova Agenda Urbana global adotada durante a conferência Habitat III das Nações Unidas em Quito (ver página 10). Foi elaborado conjuntamente pela Direção-Geral da Política Regional e Urbana da Comissão Europeia e pela ONU-Habitat.

É possível visualizar e aceder aos indicadores utilizados no relatório na [nova plataforma de dados urbanos produzida pelo Centro Comum de Investigação da CE](#). Esta plataforma facilita a localização de indicadores comparáveis para as cidades europeias e ajuda as cidades a aprenderem umas com as outras.

Pode ser acedida aqui: <http://urban.jrc.ec.europa.eu>

O relatório [sobre o estado das cidades europeias](#) foi lançado em Bruxelas durante a recente Semana Europeia das Regiões e dos Municípios, em 12 de outubro, e foi apresentado na conferência Habitat III das Nações Unidas em Quito.

Pode ser transferido aqui: http://ec.europa.eu/regional_policy/pt/policy/themes/urban-development/cities-report ■

SAIBA MAIS:

<http://europa.eu/!MY73Dq>

DESENVOLVIMENTO DE UMA DEFINIÇÃO GLOBAL, BASEADA NAS PESSOAS, DE CIDADES E ESTABELECIMENTOS

As cidades querem aprender umas com as outras. Conforme indicado na nova Agenda Urbana, seria útil uma definição global. Apenas com uma definição dessas poderemos responder até a perguntas simples como qual é a cidade com mais habitantes. Além disso, muitos dos indicadores do objetivo de desenvolvimento sustentável urbano das Nações Unidas são extremamente sensíveis quanto às delimitações das cidades. Por exemplo, tanto o acesso aos transportes públicos como a poluição atmosférica tendem a ser elevados no centro das cidades, mas apresentam níveis muito mais baixos nos subúrbios. Isto significa que, se a delimitação excluir os subúrbios, os indicadores serão muito mais elevados do que se estivessem incluídos. Por este motivo, juntamente com a Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económicos (OCDE) e o Banco Mundial, a UE está empenhada em desenvolver uma definição global.

Felizmente, o trabalho não terá de começar do zero. Em conjunto com a OCDE, a UE desenvolveu a definição de cidade da UE-OCDE. Além disso, a UE criou uma variante que também identifica os estabelecimentos mais pequenos, referida como o grau de urbanização. O Banco Mundial já testou o grau de urbanização e debateu os resultados com vários países fora da UE e da OCDE.

Em preparação para a conferência Habitat III, o Centro Comum de Investigação desenvolveu uma nova grelha da população mundial e aplicou o grau de urbanização. Estes resultados para os anos de 1975, 1990, 2000 e 2015 podem ser consultados e transferidos gratuitamente em <http://ghsl.jrc.ec.europa.eu>. Os dados frequentemente citados das Perspetivas da Urbanização Mundial (World Urbanization Prospects) das Nações Unidas, que se baseiam nas definições nacionais, podem, na realidade, ser bastante distorcidos. Por exemplo, a combinação de definições nacionais coloca África com um nível urbano de apenas 40 %, enquanto a definição harmonizada indica 80 %.

Os próximos passos para este compromisso passam por apresentar e debater estes resultados com vários parceiros distintos e, com base nestas informações, refinar o método e propor às Nações Unidas uma definição global, baseada nas pessoas, de cidades e estabelecimentos.

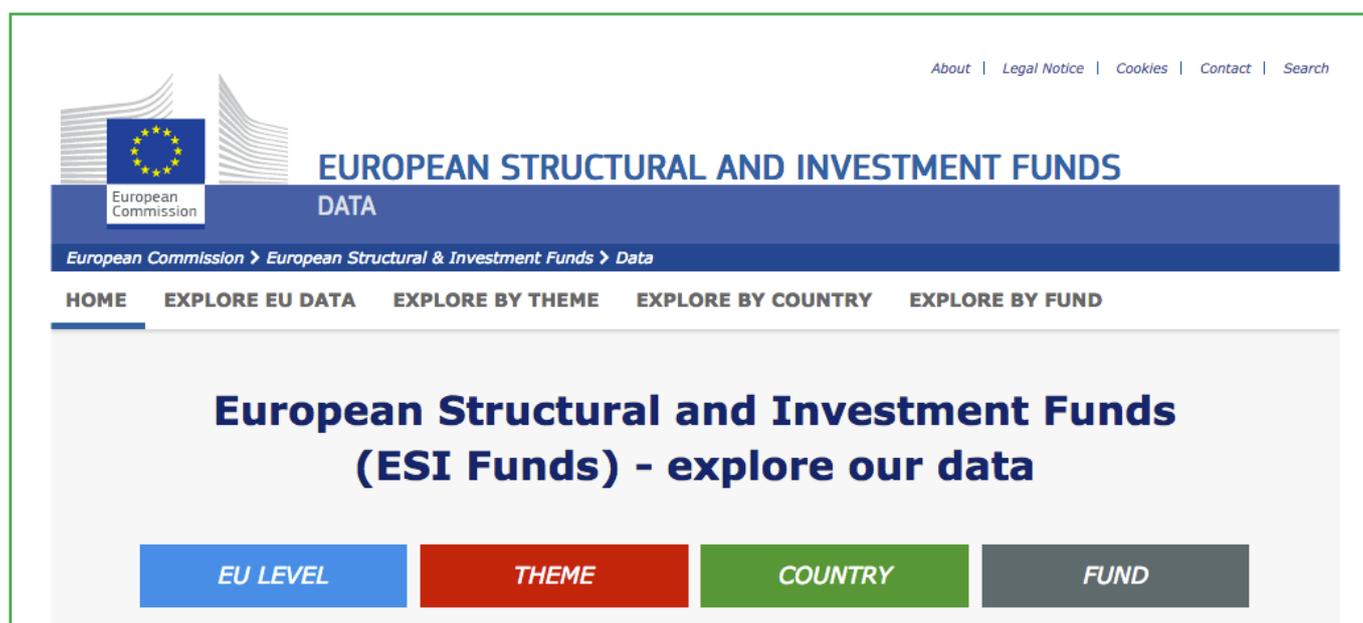
PONTO DE DADOS: 1 – PLATAFORMA DE DADOS ABERTOS

EXISTE ALGUM TEMA QUE GOSTARIA DE VER DISCUTIDO EM FUTURAS EDIÇÕES DO PONTO DE DADOS DA PANORAMA?

EXISTE ALGUM CONJUNTO DE DADOS QUE GOSTARIA QUE INCLUÍSSEMOS NA PLATAFORMA DE DADOS ABERTOS DOS FEEI?

Se sim, escreva para: REGIO-EVAL@ec.europa.eu

Os FEEI e os dados abertos... uma nova era



The screenshot shows the top section of the 'European Structural and Investment Funds (ESI Funds) - explore our data' website. At the top right, there are links for 'About', 'Legal Notice', 'Cookies', 'Contact', and 'Search'. The main header includes the European Commission logo and the text 'EUROPEAN STRUCTURAL AND INVESTMENT FUNDS DATA'. Below this is a breadcrumb trail: 'European Commission > European Structural & Investment Funds > Data'. A navigation bar contains links for 'HOME', 'EXPLORE EU DATA', 'EXPLORE BY THEME', 'EXPLORE BY COUNTRY', and 'EXPLORE BY FUND'. The main content area features the title 'European Structural and Investment Funds (ESI Funds) - explore our data' and four large buttons: 'EU LEVEL' (blue), 'THEME' (red), 'COUNTRY' (green), and 'FUND' (grey).

Apresentamos-lhe a primeira de uma série regular de artigos da *Panorama* dedicados a diversos aspetos relacionados com os dados. Com estes artigos, pretendemos esclarecer a natureza dos dados disponíveis sobre a programação dos FEEI, bem como o modo como podem ser utilizados para criar informações estruturadas e levar a uma melhor compreensão do funcionamento da política. Em seguida, apresentamos a Plataforma de Dados Abertos dos FEEI.

Entre as reformas dos programas de 2014-2020, encontrava-se a obrigação de fornecer à Comissão dados financeiros e indicadores estruturados através da inter-

face informática comum «SFC2014». Os resultados deste trabalho árduo podem ser agora observados na Plataforma de Dados Abertos dos FEEI, que explora os dados estruturados exaustivos disponíveis sobre os 533 programas.

A Comissão está a expandir progressivamente o volume e o âmbito dos dados disponibilizados, dando prioridade aos conjuntos de dados que facultam informações normalizadas transversais aos cinco FEEI. Desde o seu lançamento, em dezembro de 2015, com conjuntos de dados sobre os objetivos de financiamento e indicadores planeados para 2014-2020, já foram efetuadas duas atualizações importantes da plataforma:

► **Julho de 2016:** atualização dos planos de financiamento refletindo todos os programas adotados, bem como a abertura de páginas específicas para visualização dos 533 programas (localizados através das páginas dos países);

➤ **Dezembro de 2016:** primeira informação sobre a execução dos financiamentos e dos progressos rumo a indicadores comuns.

A plataforma deverá ser explorada em linha para uma melhor apreciação da riqueza dos dados. Seguem-se algumas dicas para uma utilização mais proveitosa:

➤ **As visualizações no ecrã** proporcionam apresentações predefinidas dos conjuntos de dados subjacentes. Os conjuntos de dados contêm pormenores mais ricos e permitem análises e visualizações alternativas;

➤ **O catálogo na página inicial** apresenta uma lista completa dos conjuntos de dados e gráficos que podem ser filtrados e explorados. Os conjuntos de dados que conduzem as visualizações — «Dados financeiros dos FEEI 2014-2020» e «Dados de resultados dos FEEI 2014-2020» — estão disponíveis neste catálogo, juntamente com outros conjuntos de dados de 2014-2020 e 2007-2013;

➤ A plataforma — alojada pela SOCRATA (uma empresa especializada em ferramentas de visualização e análise de dados para a abertura de dados dos governos) — oferece **ferramentas de software através do catálogo** para a criação de visualizações personalizadas e para a transferência ou integração de visualizações de dados no sítio do próprio utilizador;

➤ A página inicial dá acesso a uma página de **perguntas frequentes** e um **vídeo de apresentação**, bastando, para isso, clicar em «About» (Sobre) no menu do cabeçalho ou do rodapé.

Os Estados-Membros foram informados de que os dados que notificam serão disponibilizados ao público, pelo que têm a importante responsabilidade de garantir a sua qualidade e fiabilidade. Esperamos que a utilização de dados abertos relativos à programação e à execução aumente a transparência e a responsabilização e contribua para o debate sobre o desempenho global da política e dos programas específicos. ■

SAIBA MAIS

Plataforma de Dados Abertos dos FEEI:

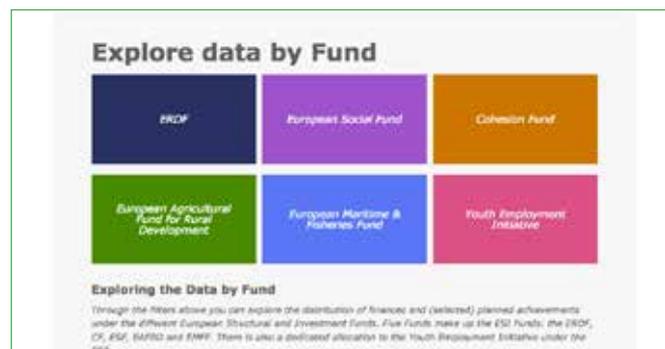
<https://cohesiondata.ec.europa.eu/>

Catálogo dos conjuntos de dados, gráficos, etc.:

<https://cohesiondata.ec.europa.eu/browse>

Perguntas frequentes:

http://ec.europa.eu/regional_policy/en/faq/about_open_data/





COMISSÁRIA CORINA CREȚU LIDERA DELEGAÇÃO DA UE EM QUITO

A Conferência Habitat III sobre urbanização sustentável foi concluída com sucesso com a adoção da Nova Agenda Urbana, a estratégia de 20 anos das Nações Unidas para repensar a forma como construímos, gerimos e vivemos nas nossas cidades.

Em 20 de outubro, cerca de 170 países adotaram unanimemente a Nova Agenda Urbana, a estratégia de 20 anos das Nações Unidas em matéria de urbanização sustentável. Corina Crețu, Comissária para a Política Regional, representou a União Europeia enquanto chefe da delegação no evento que contou com a presença de 30 000 pessoas de 167 países, incluindo 10 000 participantes de todas as partes do mundo. Os organizadores da Habitat III reconheceram que esta foi a maior participação de sempre registada pelas autoridades locais, sociedade civil e outras partes interessadas numa conferência das Nações Unidas.

O projeto de documento da Nova Agenda Urbana foi adotado no final da Conferência Habitat III realizada em Quito, Equador, de 16 a 20 de outubro. A terceira Conferência das Nações Unidas sobre Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável foi a primeira conferência de execução após a adoção da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Embora a adoção da Agenda 2030, em setembro de 2015, tenha sido considerada um acontecimento histórico, falta ainda realizar a tarefa mais desafiante: a execução será o verdadeiro teste e a Habitat III representa um marco importante na transição do compromisso para a ação.

De acordo com a Resolução 66/207 da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU) e em consonância com o ciclo bide-

cestral, em 2011, a AGNU decidiu convocar a Habitat III num esforço para revigorar o compromisso global em matéria de urbanização sustentável.

Realidade dos factos

O objetivo da conferência consistia em assegurar um compromisso político renovado para o desenvolvimento urbano sustentável, avaliar as realizações até ao momento, abordar a pobreza e identificar e abordar os desafios novos e emergentes. No âmbito da mesma resolução, decidiu-se que a Habitat III deveria resultar num documento de resultados conciso, centrado, prospetivo e orientado para a ação, e que deveria ser criado um comité preparatório e um gabinete para preparar o evento. Quatro Estados-Membros da UE exerceram funções no gabinete, designadamente a França, a República Checa, a Alemanha e a Eslováquia.

A Nova Agenda Urbana orientará as políticas e o financiamento do desenvolvimento urbano para os próximos 20 anos. Constituirá uma pedra angular na execução e localização da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e de outras agendas de reforma de referência de 2015, em especial o Acordo de Paris.

Dará também um impulso importante à execução do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 11 que insta as «cidades e os aglomerados humanos» a tornarem-se «inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis», bem como de outros objetivos e metas da Agenda 2030. A Nova Agenda Urbana esforçar-se-á por criar uma relação mutuamente benéfica entre a urbanização e o desenvolvimento sustentável.



O espírito da UE

Desde janeiro de 2015, a preparação de uma posição comum para a UE e os respetivos Estados-Membros tem sido coordenada no Grupo da Preparação das Conferências Internacionais sobre o Desenvolvimento do Conselho. A DG REGIO liderou e coordenou o processo em conjunto com a DG DEVCO e o Serviço Europeu para a Ação Externa (SEAE), colaborando com as outras direções-gerais envolvidas.

Tratou-se de um grande exercício de coordenação interna entre os serviços da Comissão e os Estados-Membros que, então e subsequentemente, criaram várias etapas no desafio e desenvolveram um espírito de equipa forte equiparado ao da UE. Isto permitiu à UE tornar-se um dos principais intervenientes no processo de negociação e assegurar que a sua posição é fortemente refletida na Nova Agenda Urbana.



O contributo da UE para a Habitat III e para o documento resultante (a Nova Agenda Urbana) baseia-se no compromisso partilhado de alcançar o objetivo global de desenvolvimento urbano sustentável, tendo simultaneamente em conta os princípios da subsidiariedade e da proporcionalidade. É influenciado pelas dez prioridades da Comissão Europeia e pelo seu trabalho conjunto com os Estados-Membros da UE numa Agenda Urbana da UE, bem como pelos conhecimentos acumulados em matéria de desenvolvimento urbano. Nesta perspetiva, a Agenda Urbana da União Europeia será um mecanismo fundamental da UE para a execução da Nova Agenda Urbana.

A visão da UE da futura Nova Agenda Urbana global baseia-se no entendimento de que é necessária uma abordagem ao desenvolvimento urbano que seja integrada e baseada na localização, juntamente com uma visão a longo prazo, para promover cidades bem geridas, socialmente inclusivas e seguras, resilientes e eficientes em termos de recursos que sejam ambientalmente sustentáveis e prósperas do ponto de vista económico.

Esta abordagem tem em conta a diversidade das cidades e o seu contexto territorial mais amplo, promovendo a interligação entre os meios urbanos e rurais, com vista a contribuir para o objetivo de coesão territorial da União. Todos os esforços devem ser sustentados pelo respeito e proteção dos direitos humanos e da igualdade de género, bem como pela participação alargada de grupos marginalizados e vulneráveis, enquanto requisito prévio para a consecução de um desenvolvimento sustentável inclusivo.

Além disso, o reconhecimento do papel central desempenhado pela cultura, a preservação e a promoção do património cultural e natural, a par da disponibilidade de espaço público — que é uma condição fundamental para a participação e apropriação de todos na consecução destes objetivos — fazem parte desta abordagem.

Boa governação

O verdadeiro valor acrescentado que a visão da UE trouxe para o debate global foi a importância de uma boa governação urbana enquanto aspeto fundamental na consecução de um desenvolvimento urbano sustentável e, em especial, do papel das autoridades locais e das partes interessadas. A UE e os respetivos Estados-Membros defenderam com veemência que o desenvolvimento urbano susten-

tável requer instituições aos níveis nacional e local que sejam legítimas, eficazes, responsáveis e transparentes. Devem também seguir processos de decisão inclusivos, baseados em dados concretos e participativos num sistema de governação bem gerido a vários níveis e com diversos intervenientes.

Além disso, a governação local eficaz contribui significativamente para o reforço da democracia e da capacitação dos cidadãos. Foi particularmente importante a posição da UE relativamente ao papel das autoridades locais e da sociedade civil, que, evidentemente, não participaram nas negociações intergovernamentais. A UE defendeu a importância do envolvimento e da consulta das autoridades locais em todas as fases do ciclo político, desde o planeamento à execução, argumentando que o seu compromisso e apropriação são necessários a todos os níveis para o sucesso.

A Comissária Corina Crețu transmitiu também esta mensagem aos líderes mundiais na Assembleia Global de Autoridades Locais, atuando enquanto interveniente de ligação e facilitadora no difícil e tenso diálogo entre os governos nacionais e as autoridades locais no contexto global.

Enquanto chefe da delegação da UE, a Comissária Corina Crețu falou em nome da UE e dos respetivos Estados-Membros durante as sessões plenárias oficiais das Nações Unidas. A delegação da UE incluiu também representantes do Parlamento Europeu e do Comité Económico e Social Europeu. Para além da função oficial de representar a UE e os respetivos Estados-Membros nas sessões plenárias formais das Nações Unidas, a Comissária participou também nas mesas-redondas temáticas de alto nível sobre a execução da Nova Agenda Urbana e teve várias reuniões bilaterais com parceiros estratégicos, agências e países das Nações Unidas, como o Banco Mundial, a OCDE, o PNUD e a Coreia do Sul.

Da adoção à ação

Agora que a Agenda 2030 e a Nova Agenda Urbana foram adotadas, é crucial que a UE execute a primeira através de uma abordagem global que abranja ações internas e externas e envolva todos os intervenientes relevantes. Esta execução requer uma abordagem estratégica, integrada e baseada na localização, que tenha em conta os diferentes contextos territoriais. É por este motivo que a Política de Coesão constitui uma das principais políticas que contribuem para os ODS,

alavancando cerca de 500 mil milhões de euros em toda a UE durante o período de 2014-2020 e abrangendo quase todos os ODS.

A Política de Coesão e a sua dimensão urbana estão também fortemente alinhadas com a abordagem da Agenda 2030, na medida em que o desenvolvimento sustentável está incorporado na Política de Coesão enquanto princípio horizontal vinculativo. Neste contexto, a Nova Agenda Urbana constituirá uma pedra angular na execução da Agenda 2030, uma vez que transforma os seus objetivos e metas urbanos em recomendações específicas para as cidades. A UE já começou a trabalhar nesta matéria com a sua recém-adotada Agenda Urbana e está agora empenhada em liderar e antecipar a execução da Nova Agenda Urbana e da dimensão urbana da Agenda 2030. Da mesma forma, a UE está empenhada em cooperar com parceiros de todo o mundo para abordar conjuntamente os desafios da pobreza urbana e da exclusão, para favorecer o desenvolvimento sustentável na generalidade dos seus países parceiros.

A Nova Agenda Urbana é o resultado dos esforços conjuntos da UE no sentido de elaborar uma agenda verdadeiramente transformadora. É uma oportunidade única nesta geração para moldar o nosso futuro coletivo nas cidades da melhor forma. A Nova Agenda Urbana inclui todos os elementos necessários para ir mais além da prática corrente e para localizar os ODS adotados em 2015.

Em conjunto, ao concretizar a Nova Agenda Urbana e ao tornar os desafios globais da urbanização sustentável em oportunidades globais para todos, é possível assegurar que ninguém fica para trás. Agora, o dever comum da UE é executar! ■

SAIBA MAIS

Nova Agenda Urbana:

<https://habitat3.org/the-new-urban-agenda/>

Agenda Urbana da UE:

<http://urbanagendaforthe.eu/>

Conferência Habitat III em Quito:

<https://habitat3.org/>

Declaração de Praga:

<http://www.europeanhabitat.com/?lang=en>

PLANO DE EXECUÇÃO DE QUITO

O Plano de Execução de Quito diz respeito a compromissos específicos de vários parceiros destinados a contribuir para, e reforçar, a execução dos resultados da Conferência Habitat III e da Nova Agenda Urbana.

No total, foram apresentados cerca de 70 compromissos voluntários, incluindo três pela Comissão Europeia. A Comissária Corina Crețu apresentou pormenores destes três compromissos:

1. EXECUTAR A NOVA AGENDA URBANA ATRAVÉS DA AGENDA URBANA DA UE

A Nova Agenda Urbana e a Agenda Urbana da UE partilham a mesma visão para um desenvolvimento urbano equilibrado, sustentável e integrado. A Agenda Urbana da UE foi concebida para dar voz às cidades na elaboração de políticas. Com os seus 12 temas prioritários, a governação a vários níveis e o foco na aprendizagem mútua, a Agenda Urbana da UE contribui para a execução da Nova Agenda Urbana no território da UE e em parceria com partes interessadas urbanas — não apenas as cidades, mas também as empresas, ONG e representantes dos Estados-Membros e das instituições da UE.

Estão a ser elaborados planos de ação para os 12 temas prioritários. Estes incluem recomendações políticas, boas práticas e projetos para partilhar e expandir em toda a UE.

2. DESENVOLVER UMA DEFINIÇÃO GLOBAL HARMONIZADA DE CIDADES

Deverá ser utilizada uma definição comum de cidades em todo o mundo, de modo a comparar dados, estabelecer referências e alcançar uma melhor monitorização. Em parceria com a OCDE e o Banco Mundial, a UE irá desenvolver uma definição, apoiando-se na definição de cidades da UE-OCDE, com base na dimensão e densidade populacionais e no grau de urbanização na UE.

Será desenvolvida uma base de dados em linha, bem como uma lista global das cidades e das suas principais características. Será eventualmente apresentada uma proposta de definição global de cidades às Nações Unidas.

3. PROMOVER A COOPERAÇÃO ENTRE AS CIDADES NO DOMÍNIO DO DESENVOLVIMENTO URBANO SUSTENTÁVEL

Com base na abordagem concreta da rede URBACT financiada pela UE e na metodologia incluída no Programa de Cooperação Urbana Internacional (CUI) da UE, as cidades em todo o mundo* serão incentivadas a associar-se a uma ou mais cidades parceiras para desenvolverem e executarem planos de ação locais e projetos baseados em prioridades comuns — acesso a água, sistemas de transportes, saúde ou habitação. Os parceiros comerciais deverão associar-se estreitamente na elaboração e execução destes planos de ação.

Uma plataforma em linha de trabalho em rede fornecerá orientações e permitirá a cooperação transregional.

* o âmbito do compromisso abrange cidades na Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, México, Peru, Canadá, China, Índia, Japão, Estados Unidos da América e União Europeia. ■

SAIBA MAIS

<https://habitat3.org/quito-implementation-plan>



Materialização do compromisso da UE



A Comissária Corina Crețu conta à *Panorama* por que motivo a participação da delegação da UE na conferência das Nações Unidas em Quito foi um sucesso.

Qual era o seu principal objetivo?

Fiquei muito contente por ter podido participar nesta conferência histórica, na qual foi adotada a Nova Agenda Urbana das Nações Unidas, e por ter podido travar debates com

peças de todo o mundo. Salientei o forte contributo da Comissão Europeia e da UE para este trabalho mundial em matéria de desenvolvimento urbano sustentável. Os princípios fundamentais desta Nova Agenda Urbana assentam em cidades socialmente inclusivas, seguras, ecológicas, resilientes, prósperas e inovadoras, bem como numa boa governação urbana que promova a cooperação e os conhecimentos. Mantém no seu âmago a abordagem baseada nos direitos humanos e apoia a capacitação das mulheres, que são vitais para a consecução de um desenvolvimento sustentável e inclusivo. Estes princípios são também valores partilhados da UE e fazem parte das prioridades do nosso presidente.

A UE e os seus Estados-Membros estão também empenhados em cooperar com parceiros de todo o mundo para abordar conjuntamente os desafios da pobreza urbana e da exclusão, para favorecer o desenvolvimento sustentável na generalidade dos nossos países parceiros. O desafio reside

agora na execução concreta desta Nova Agenda Urbana.

Como é que a Política de Coesão contribui para estes objetivos?

A Política de Coesão presta uma ampla gama de apoio às zonas urbanas em toda a UE, inclusivamente apoio financeiro. No total, serão investidos 100 mil milhões de euros nas zonas urbanas de 2014-2020. Pelo menos 5 % da dotação nacional do FEDER deve ser programada para o desenvolvimento urbano sustentável, representando 15 mil milhões de euros geridos diretamente pelas cidades. Além disso, 750 cidades serão capacitadas para executar estratégias integradas de desenvolvimento urbano sustentável. Efetivamente, além do apoio financeiro, a UE pode também ajudar as cidades através de assistência técnica, trabalhando em conjunto em toda a União por meio de redes e cooperando em temas específicos. Este é o objetivo específico das recém-lançadas «parcerias» no âmbito da Agenda Urbana da UE, que foi acordada em Amesterdão no passado mês de maio. De facto, a Nova Agenda Urbana reflete bem a visão da UE para o desenvolvimento urbano sustentável assente numa governação a vários níveis e numa



Comissária Corina Crețu com o Secretário-Geral das Nações Unidas Ban Ki-moon



Comissária Corina Crețu com José Ángel Gurría, Secretário-Geral da OCDE



A Comissária Corina Crețu é apresentada a Mpho Parks Tau, Secretário-Geral da organização «Cidades e Governos Locais Unidos»

abordagem integrada de base local que tem em conta a diversidade das cidades e o seu contexto territorial mais amplo, baseando-se ao mesmo tempo na interligação entre os meios urbanos e rurais.

Como é que afetará a vida dos cidadãos?

Na Europa, cerca de três quartos dos cidadãos vivem em zonas urbanas. Estas zonas são os motores da economia e para o desenvolvimento de uma sociedade resiliente, mas são também locais onde os problemas, como o desemprego, a segregação, a pobreza e a poluição, são graves. A Nova Agenda

Urbana constitui uma oportunidade para moldar o nosso futuro coletivo. Inclui todos os elementos necessários para ir mais além da prática corrente e para localizar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis, relativamente aos quais a Comissão adotou uma comunicação em novembro intitulada «Próximas etapas para um futuro europeu sustentável». Somos todos cidadãos do mesmo mundo.

Que resultados foram alcançados?

Demonstrámos os fortes esforços e a proatividade da UE para agir ao nível

do desenvolvimento urbano sustentável na Europa. Além disso, apresentámos três compromissos voluntários: executar a Nova Agenda Urbana através da Agenda Urbana da UE; desenvolver uma definição global harmonizada de cidades; e promover a cooperação entre as cidades no domínio do desenvolvimento urbano sustentável. Cabe agora a todos nós na Europa, e não só, concretizar estes resultados no terreno. ■



Mauricio Rodas Espinel, autarca de Quito, saúda a Comissária Corina Crețu no jantar da Assembleia Mundial de Autarcas



A Comissária Corina Crețu cumprimenta Joan Clos, Diretor Executivo da ONU-Habitat

NOVE CONTRIBUTOS DA POLÍTICA DE COESÃO PARA a EUROPA

Uma avaliação por peritos independentes ao financiamento do período de 2007-2013 concluiu que os investimentos da Política de Coesão tinham obtido resultados positivos e tangíveis, incluindo a criação de emprego, um impacto positivo nas disparidades a nível regional e um aumento do PIB.

A Política de Coesão 2007-2013 foi executada numa altura difícil, na qual a Europa foi assolada pela crise económica e financeira, que limitou o investimento público, tornando os fundos da Política de Coesão ainda mais vitais para o crescimento e a criação de emprego.

Durante esse período, foram investidos 346,5 mil milhões de euros para reduzir as disparidades entre as regiões e para promover um desenvolvimento equilibrado e sustentável. Seguem-se as nove principais conclusões de uma avaliação por peritos independentes do programa de financiamento de 2007-2013.

1. BENEFICIA TODOS OS PAÍSES DA UE

Todas as regiões e países da UE beneficiam da Política de Coesão através dos efeitos diretos dos investimentos e/ou dos seus efeitos indiretos, como o aumento do comércio. Estima-se que cada euro da Política de Coesão investido durante o período irá gerar 2,74 euros de PIB adicional até 2023. Isto significa que os 346,5 mil milhões de euros investidos de 2007 a 2013 renderão cerca de um bilião de euros de PIB adicional até 2023.

Além disso, a Política de Coesão levou à criação líquida de emprego de um terço do milhão de postos de trabalho criados de 2007 a 2013.



2. AS PME OBTÊM o APOIO DE QUE PRECISAM

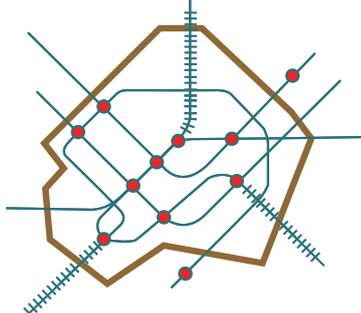
A Política de Coesão é um pilar essencial da agenda da UE em matéria de emprego e crescimento. Por exemplo, o financiamento da UE ajudou *start-ups* (empresas em fase de arranque) e PME a manterem-se em atividade durante o período em causa. Cerca de 121 400 *start-ups* foram apoiadas financeiramente, bem como um número estimado de 400 000 PME.



3. FINANCIAMENTO DISPONÍVEL PARA AS EMPRESAS

A avaliação constatou que o financiamento da UE para instrumentos financeiros desempenhou um papel crucial na concessão de financiamento às PME durante a crise do crédito, no decurso da crise económica, ajudando muitas empresas a manterem-se em atividade. Durante o período em causa, o financiamento da UE para instrumentos financeiros aumentou de mil milhões de euros em 2000-2006 para 11,5 mil milhões de euros afetados em 2007-2013 através do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER).

4. EXPANDE e MELHORA AS REDES DE TRANSPORTE e a MOBILIDADE



O financiamento da UE contribuiu para eliminar os engarrafamentos e para reduzir os tempos de viagem. Os investimentos levaram à construção de 4900 km de estradas, sobretudo autoestradas, dos quais 2400 km na categoria de redes RTE-T. Identificadas pela UE como corredores da rede principal, estas redes de transporte asseguram a interligação dos países e impulsionam o crescimento e a criação de emprego.

O financiamento da Política de Coesão levou igualmente à construção ou renovação de 1500 km de redes ferroviárias RTE-T e apoiou o desenvolvimento de transportes públicos sustentáveis.



5. PRESERVA o AMBIENTE e APOIA a LUTA CONTRA AS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

O financiamento da Política de Coesão para o período em causa apoiou melhores estratégias de gestão de resíduos que resultaram num aumento substancial dos resíduos reciclados e no encerramento de aterros sanitários que não cumpriam as normas da UE.

As medidas de eficiência energética nos edifícios públicos reduziram o consumo de combustíveis fósseis de forma significativa, contribuindo para reduzir as despesas de energia e para combater o aquecimento global. Os investimentos da Política de Coesão em infraestruturas ligaram 6 milhões de pessoas a abastecimentos novos ou melhorados de água potável e 7 milhões de pessoas a estações de tratamento de águas residuais novas ou renovadas.

6. PROMOVE a CULTURA e o TURISMO

A avaliação dos peritos constatou que os investimentos da UE ajudaram a reconstruir locais culturais e turísticos, aumentando o número de visitantes e impulsionando o desenvolvimento económico sustentável e a criação de emprego nas regiões abrangidas.

Deste modo, os investimentos apoiaram a regeneração local e promoveram a diversificação económica e a inovação, aumentando a competitividade.



7. MELHORA a QUALIDADE DE VIDA NAS CIDADES



O financiamento do FEDER para o desenvolvimento urbano e a infraestrutura social em 2007-2013 ascendeu a 29 mil milhões de euros, cerca de 11 % do orçamento do programa.

Cerca de 4 % foram investidos em iniciativas de desenvolvimento urbano, incluindo financiamento em zonas desfavorecidas e apoio ao crescimento económico, ao património cultural e ao desenvolvimento de estratégias. Cerca de 7 % foram atribuídos à infraestrutura social e investidos na saúde e educação. De acordo com a avaliação, foi assim possível assegurar um melhor acesso a serviços educativos e de aprendizagem ao longo da vida, aliados a serviços de emprego.

8. ENCORAJA OS PAÍSES a UNIREM-SE PARA FAZER FACE AOS DESAFIOS COMUNS

O financiamento da UE para programas transfronteiriços em 2007-2013 resultou em mais de 6 800 projetos, incluindo ações para:

- > criar e expandir *clusters* económicos,
- > desenvolver centros de excelência, estabelecimentos de ensino superior e de formação e redes de cooperação entre centros de investigação,
- > criar serviços de aconselhamento transfronteiriços para empresas e *start-ups*.

Cerca de 1300 projetos ambientais centraram-se na gestão conjunta dos recursos naturais, como o mar e as bacias hidrográficas.

O financiamento também ajudou as regiões transfronteiriças a combater os riscos naturais, responder às alterações climáticas, preservar a biodiversidade e levar a cabo iniciativas para desenvolver as energias renováveis.



9. AS LIÇÕES APRENDIDAS ESTÃO a SER APLICADAS

Os programas de financiamento para 2014-2020 foram concebidos de forma mais orientada para os resultados, uma vez que os programas de 2007-2013 nem sempre se centraram o suficiente nos resultados. A UE fez alterações no financiamento da Política de Coesão em consonância com as recomendações da avaliação por peritos independentes, nomeadamente:

Os programas têm de ter objetivos mais específicos e metas claras. Os programas são acompanhados de perto durante a execução para assegurar a consecução dos objetivos bem definidos;

- > Os programas devem comunicar regularmente os seus resultados e realizações;
- > Para assegurar a qualidade dos programas, um quadro de desempenho está ligado à libertação de uma reserva de eficiência;
- > Os investimentos concentram-se em temas-chave;
- > a utilização mais ampla de instrumentos financeiros é incentivada de forma mais ativa.

SAIBA MAIS

Fichas informativas por país:

europa.eu/!pj83Bu →





EWRC 2016 aproxima as regiões



A 14.^a edição da Semana Europeia das Regiões e dos Municípios, que decorreu em 10-13 de outubro de 2016, em Bruxelas, Bélgica, acolheu cerca de 5300 participantes em *workshops*, debates, eventos sociais e visitas a projetos centrados no tema «Regiões e municípios por um crescimento sustentável e inclusivo».

Cerca de 130 eventos foram coorganizados pela DG REGIO da Comissão Europeia e 13 outras direções-gerais, pelo Comité das Regiões da União Europeia e por 22 parcerias regionais selecionadas englobando 187 regiões e municípios. Este ano, os parceiros institucionais incluíram também o Serviço de Investigação do Parlamento Europeu, que contribuiu para a «master class» e o programa mediático.

Apesar dos desafios específicos enfrentados por Bruxelas em 2016, permanecem elevadas a reputação e relevância da EWRC enquanto «paragem obrigatória» para todos aqueles que participam na política regional e na respetiva execução. ■

NÚMEROS REGISTRADOS

- Mais de 4000 participantes (num total de 5300) eram oriundos de mais de 30 países
- 600 oradores de alto nível representaram administrações locais, regionais, nacionais e da UE
- 170 jornalistas participaram no programa mediático
- 28 doutorandos participaram na «master class»
- 23 finalistas de 14 Estados-Membros assistiram à cerimónia de entrega dos prémios RegioStars (ver página 20)
- Mais de metade das pessoas presentes na EWRC eram estrepantes (56 %)
- 5 sessões interativas incluíram um dia completo sobre «Laboratórios de políticas para autoridades de gestão».





INTERAÇÃO NA SALA DE AULA

A «master class» sobre a Política de Coesão da UE acolheu 28 doutorandos e jovens professores associados de 17 Estados-Membros da UE. Debate interativo centrado na promoção do crescimento inclusivo e da coesão social, incluindo a dimensão territorial e a integração do desenvolvimento urbano e rural; o significado da economia em rede; e a melhoria do sistema de execução da Política de Coesão: desempenho, simplificação e responsabilização.

INSTRUMENTOS E AMBIÇÕES DOS MUNICÍPIOS

No evento político sobre a Agenda Urbana da UE, que atraiu 400 participantes, os Comissários Corina Crețu e Maroš Šefčovič lançaram o «Balcão único para os municípios», um novo instrumento para a gestão das ambições no domínio da transição energética urbana. Durante a reunião conjunta REGI-COTER que decorreu em paralelo, os impactos e a orientação para os resultados da Política de Coesão foram alguns dos temas debatidos pelos representantes do Parlamento Europeu, da Comissão e do Comité das Regiões.

POR AÍ FORA

Durante a semana, a vertente urbana atraiu bastante atenção em 20 *workshops*, especialmente sobre tópicos relacionados com as ações inovadoras urbanas. As visitas aos projetos cofinanciados pela UE também foram um grande sucesso: «Port Sud», que promove o património imaterial para uma qualidade de vida sustentável; «RECY-K», um projeto de reciclagem; «Greenbizz», um centro para o desenvolvimento sustentável e o empreendedorismo ambiental; e «Community land trust Brussels», uma iniciativa inovadora para a habitação.

A POLÍTICA DE COESÃO NO CENTRO DAS ATENÇÕES

Uma vez mais, a projeção da EWRC confirmou a sua importância enquanto plataforma interinstitucional para comunicação política. A sessão de abertura — «Investimento da Política de Coesão nas regiões e municípios europeus» — foi realizada no Hemiciclo do PE, com a presença da Comissária Corina Crețu. Proporcionou uma valiosa oportunidade para os grupos políticos do Comité das Regiões e os participantes no evento manifestarem as suas opiniões acerca da Política de Coesão e colocarem perguntas a esse respeito.

LER PARA CRER

O programa mediático teve início com uma mesa-redonda para a imprensa, com a presença da Comissária Corina Crețu e do presidente do Comité das Regiões, Markku Markkula. Seguiram-se conferências de imprensa sobre o desempenho dos fundos da UE nos Estados-Membros da UE, as últimas tendências e números do Eutostat e da OCDE quanto ao desenvolvimento regional, a avaliação *ex post* do período 2007-2013, bem como as principais opções para a Política de Coesão após 2020. Os debates televisivos foram difundidos pelas estações televisivas nacionais; e 57 jornalistas acompanharam a visita ao projeto Molenbeek. No final da primeira semana, mais de 40 artigos haviam sido publicados na imprensa.

EWRC 2016 NAS REDES SOCIAIS

A hashtag #EUWRC foi utilizada quase 12 000 vezes em apenas uma semana, com um potencial alcance de mais de 72 milhões de pessoas capazes de visualizar e partilhar qualquer publicação utilizando a hashtag do evento. Entre 10 e 14 de outubro, o sítio da EWRC recebeu 26 657 visitas de, pelo menos, 22 253 visitantes individuais. Todos os dias foi publicado no sítio um relatório diário que resumia as atividades principais, recebendo um total de 6900 visualizações individuais da página. Um «Storify» publicado em 18 de outubro registou 650 visualizações no primeiro dia. Este ano foi utilizada, pela primeira vez, uma nova aplicação de telemóvel, tendo sido transferida por mais de 2398 participantes para visualizar o programa e os documentos, trocar mensagens, cartões de visita e fotografias, bem como agendar reuniões. ■

SAIBA MAIS:

<http://europa.eu/!tR89Fb>



Estrelas regionais brilham na Semana Europeia das Regiões e dos Municípios

Entre os destaques da Semana Europeia das Regiões e dos Municípios deste ano esteve a cerimónia de entrega dos Prémios RegioStars 2016. Cinco felizes contemplados, um de cada categoria de projeto, receberam os seus troféus das mãos da Comissária Corina Crețu e do Presidente do Júri dos Prémios RegioStars, o deputado ao Parlamento Europeu Lambert van Nistelrooij.

Este ano, foram recebidas 104 candidaturas para as cinco categorias de prémios:

CRESCIMENTO INTELIGENTE: novas oportunidades na economia mundial

CRESCIMENTO SUSTENTÁVEL: economia circular

CRESCIMENTO INCLUSIVO: integração — criação de comunidades inclusivas e multiculturais

CITYSTAR: soluções inovadoras para um desenvolvimento urbano sustentável

GESTÃO EFICAZ DOS FUNDOS: fazer a diferença através de uma gestão diferente.

E os vencedores são...

- 1. CLUSTER CLEANTECH DE COPENHAGA:**
Região da capital da Dinamarca (FEDER)
<http://cleancluster.dk/> — Crescimento inteligente
- 2. CENTRO BIO: BIOINDÚSTRIAS, BIORREFINARIAS E BIOPRODUTOS:** Centro, Portugal (FEDER)
<http://www.blc3.pt/> — Crescimento sustentável
- 3. ACADEMY OF SOCIAL ECONOMY:**
Região de Malopolske, Polónia (FSE)
<http://www.rops.krakow.pl/> — Crescimento inclusivo
- 4. REVITALISATION OF LOWER TOWN DISTRICT OF GDAŃSK:** Voivodia de Pomorskie, Polónia (FEDER)
<http://bit.ly/2be10Mm> — CityStar
- 5. TRANSPARENCY INITIATIVE JONVABALIAI (FIREFLIES):** Projeto nacional, Lituânia (FSE e AT)
<http://www.esinvesticijos.lt/> — Gestão eficaz
- 6. CIRCULAR OCEAN:** (FEDER) escolhido pelos participantes no evento como o «Prémio do Público». ■



“*Temos muito orgulho em receber o apoio do FEDER... a região da grande Copenhaga necessitava realmente de um esforço como este. E estamos também muito orgulhosos por alguém ter partilhado e acreditado na nossa visão da transformação ecológica da sociedade.*”

Carsten Orth Gaarn-Larsen, CEO Clean

“*A principal característica do projeto, que garantiu a sua sustentabilidade, é que deu efetivamente resposta aos problemas da população regional local.*”

Ana Abrunhosa, Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, Portugal



“*Estou muito orgulhoso e gostaria de agradecer aos meus colegas que são a melhor equipa do mundo! Gostaria também de agradecer aos meus cidadãos — estão muito contentes por Gdańsk se ter tornado uma cidade de liberdade e solidariedade, moldando a solidariedade durante todo o dia, todos os dias.*”

Pawel Adamowicz, autarca de Gdańsk



“*«Fireflies» (Pirilampos) é uma comunidade de centenas de pessoas que acreditam que podem divulgar mais informações e mostrar às pessoas que a transparência é fácil — tal como lavar os dentes...*”

Sergej Muravjov — Diretor Executivo, Transparency International Lituânia



“*É muito importante agradecer aos nossos fundadores Interreg e à região do Ártico e da periferia setentrional não só por terem investido no projeto, mas também por terem investido nas pessoas. É muito importante ter as pessoas certas e colaborar em todas as regiões — esta é a fórmula do sucesso.*”

Neil James, Circular Ocean (Oceano Circular), Gestor do Projeto



“*Provámos que podemos combinar atividades comerciais e sociais. Mais importante, graças ao nosso produto, muitas pessoas excluídas foram contratadas. E mais importante ainda, criámos um sistema que inspirou outros em toda a Polónia.*”

Jacek Krupa, voivoda da região de Malopolska



SAIBA MAIS

http://ec.europa.eu/regional_policy/en/regio-stars-awards/

A PANORAMA
agradece o seu
contributo!

Nas suas próprias palavras é a secção da *Panorama* onde as partes interessadas ao nível local, regional, nacional e europeu apresentam os seus pareceres e os seus planos para o período de 2014-2020.

A *Panorama* agradece o seu contributo no seu idioma, que poderá ser incluído em futuras edições. Contacte-nos para obter mais informações sobre os prazos e as diretrizes para a entrega do seu contributo.

regio-panorama@ec.europa.eu

ROMÉNIA E PAÍSES BAIXOS: COOPERAÇÃO PRÁTICA NO ÂMBITO DAS ESTRATÉGIAS RIS3

As regiões nordeste da Roménia e norte dos Países Baixos associaram-se há um ano num programa de cooperação que tem por base os princípios da especialização inteligente. As regiões estão a criar ambientes de inovação em que o conhecimento e os esforços empreendidos pelos dois países são canalizados com vista a encontrar soluções para os desafios sociais.

A pesar de existirem grandes diferenças entre o Nordeste da Roménia e o Norte dos Países Baixos, a questão que se coloca às nossas regiões é a mesma: como podemos aproveitar melhor o conhecimento das universidades e o potencial empresarial para desenvolver inovações significativas que aumentem o bem-estar dos cidadãos?

Foi esta a questão que nos uniu — Agência de Desenvolvimento do Nordeste da Roménia (ADR) e Aliança de Províncias do Norte dos Países Baixos (SNN).

A correspondência entre as nossas regiões foi estabelecida com a ajuda da base de dados em linha «Eye@RIS3», que indica os temas que as regiões consideram prioritários no âmbito da sua estratégia de especialização inteligente.

No início de 2015, criámos uma iniciativa conjunta com o apoio generoso do programa TAIEX REGIO PEER 2 PEER da Comissão Europeia. Concordámos muito rapidamente que queríamos optar por uma abordagem diferente da normalmente adotada.

Optámos por uma cooperação centrada nos princípios da especialização inteligente, mas que remete também para os principais desafios sociais que as nossas regiões enfrentam. Afinal, esta é a razão que nos leva a procurar soluções.

Seguimos uma abordagem programática. Em conjunto com instituições do conhecimento, empresas e organizações da sociedade civil, realizámos uma análise sistemática das questões suscitadas num domínio específico, de quem poderia ajudar a encontrar uma solução e da forma como as partes poderiam, conjuntamente, dar execução a essa solução. O cerne da nossa abordagem consiste em levarmos a cabo uma série de intervenções simultâneas no âmbito de um desafio social específico. Isto proporciona massa crítica e desencadeia um processo de transição efetivo.

No ano passado, envolvemos mais de 700 partes neste processo de descoberta do espírito empreendedor. Um vasto leque de partes interessadas das duas regiões associaram-se e vários subprojetos foram criados com vista a encontrar soluções para os desafios. Temos agora como objetivo criar laboratórios vivos numa série de domínios específicos, estabelecendo ligações estruturais entre as partes dos dois países, de modo a permitir-lhes entrar em cadeias de valor. Estamos, além disso, a construir estruturas que permitam aos ambientes de inovação começar a organizar-se com vista a reduzir o papel de mediação e de simulação da ADR e da SNN.

Ao fazê-lo, chegamos ao ponto crucial daquilo que a cooperação pode alcançar no âmbito das estratégias RIS: a reso-



lução conjunta de problemas sociais com base numa abordagem programática. Estamos convictos de que esta cooperação ajudará as nossas regiões a progredirem. Constatámos, além disso, um forte entusiasmo pelas nossas ideias em toda a Europa e na Comissão Europeia. Existem inúmeras oportunidades para expandir os laços que estabelecemos com outras regiões.

Ambicionamos criar um grande grupo de regiões onde as empresas, as instituições do conhecimento e as organizações da sociedade civil possam desenvolver conjuntamente

inovações significativas que acelerem o desenvolvimento regional e reforcem a coesão. ■

GABRIELA MACOVEIU

Diretora dos serviços de comunicação, cooperação e desenvolvimento empresarial, ADR Nordeste da Roménia

LUC HULSMAN

Gestor de programas, Aliança de Províncias do Norte dos Países Baixos

AÇÕES INTELIGENTES NA TOSCANA

A Toscana deu prioridade à melhoria do seu desempenho no domínio da inovação e ao reforço do sistema de transferência de tecnologias da região, com vista a alcançar os objetivos da estratégia Europa 2020.

Esta abordagem, que teve início com o programa do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) para o período de 2007-2013, está atualmente direcionada para *clusters* tecnológicos e investimentos em investigação, desenvolvimento e inovação. O financiamento inicial de 640 milhões de euros em inovação e I&D foi mantido e reforçado no âmbito da estratégia regional de especialização inteligente, através de três tecnologias: as TIC e a fotónica; as fábricas inteligentes; os produtos químicos e as nanotecnologias.

Estas tecnologias são estratégicas nos setores de «crescimento rápido» — por exemplo, as ciências da vida, a robótica e a mecatrónica — mas têm igualmente aplicações importantes nos setores mais tradicionais como o marítimo, o ferroviário, a moda e as pedreiras. Graças a este contexto e à representação de grandes empresas e PME capacitadas para trabalhar em conjunto e colaborar no mundo da investigação, estas tecnologias conseguiram tornar mundialmente famosa a expressão «Made in Tuscany» (Feito na Toscana).

O PO do FEDER do período 2014-2020 para a Toscana, aprovado em fevereiro de 2015 e com uma contribuição financeira

de 792 milhões de euros, consagra 35 % dos seus recursos, o equivalente a 275,1 milhões de euros, ao Eixo Prioritário 1 — investigação, desenvolvimento e transferência de tecnologias. Já financiou 474 projetos com subvenções no montante de 56,6 milhões de euros e de 143 milhões de euros em investimento ativo (até 30 de junho de 2016).



Estes projetos incluem a investigação industrial e o desenvolvimento experimental, o apoio a empresas em fase de arranque e a serviços especializados, bem como o reforço do sistema de transferência de tecnologias. Vão desde a infraestrutura de apoio até à colaboração com universidades e centros de investigação.

Neste contexto, a abordagem adotada pelo Conselho Regional foi estratégica. Na sequência do lançamento do programa do FEDER para o período de 2014-2020, publicou, em julho de 2014, os seus primeiros três anúncios no âmbito da I&D e da inovação, antecipando também os recursos financeiros relativos aos FEEI por forma a garantir a continuidade máxima dos investimentos iniciados no programa anterior. Esta decisão ilustra a linha de ação adotada pela Toscana, que é orientada para a inovação a favor do crescimento e da criação de emprego. ■

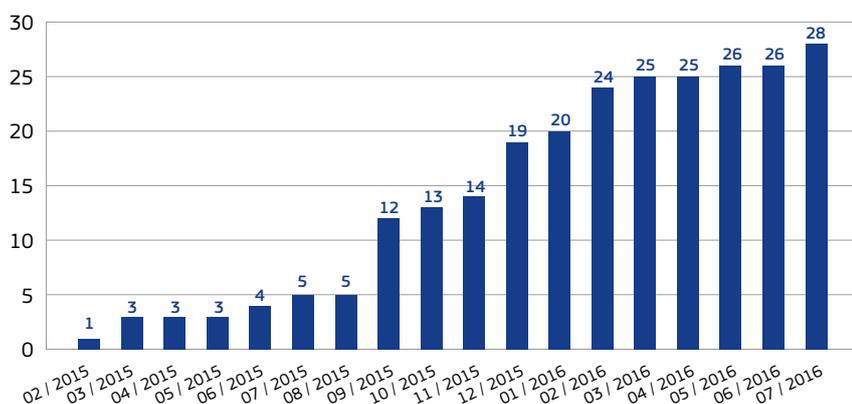
ANGELITA LUCIANI

Autoridade de Gestão do FEDER, Toscana

EMPREENDEDORISMO ACADÉMICO NA VOIVODIA DE KUJAWSKO-POMORSKIE

A visão tradicional nos círculos académicos é a de que um investigador deve concentrar-se em trabalhos de investigação e trabalhar com os alunos para transmitir conhecimentos. Tais preconceitos, aliados a numerosos desafios, onde se incluem entraves organizacionais e financeiros, impedem a comercialização eficaz dos resultados da investigação universitária.

Número de empresas derivadas criadas no Centrum Transferu Technologii UMK Sp. z o.o.



As instituições de investigação, os governos locais e nacionais e as organizações do meio empresarial esforçam-se por promover processos que apoiam as aplicações comerciais da investigação científica. A existência de sistemas eficazes neste domínio não só beneficia os institutos de investigação, como também promove a inovação na economia. Este conjunto de domínios do empreendedorismo académico abrange a comercialização da investigação académica, o apoio à investigação comercialmente promissora e, acima de tudo, a criação de empresas derivadas (criadas por investigadores e promovidas pela universidade-mãe) e de entidades de finalidade especial (EFE).

O governo local da voivodia de Kujawsko-Pomorskie foi um dos poucos governos locais da voivodia polaca que incluíram o apoio ao empreendedorismo académico no seu programa operacional, em particular no âmbito da ação 1.3 e da subação 1.5.3 do Programa Operacional Regional da voivodia de Kujawsko-Pomorskie para o período de 2014-2020.

O programa disponibiliza 16 milhões de euros para projetos de desenvolvimento no domínio do empreendedorismo académico. O objetivo é aumentar o número de empresas derivadas, fomentar a investigação e o desenvolvimento nas empresas e melhorar a competitividade das universidades regionais, bem como aumentar a sua participação na execução do programa regional de especialização inteligente.

Nos últimos dois anos, o governo local de Kujawsko-Pomorskie celebrou acordos com universidades e organizações do meio empresarial na região, destinados a promover o empreendedorismo académico. Entre as universidades em questão figura a Universidade Nicolaus Copernicus (UMK), que possui um vasto sistema de regimes de apoio ao empreendedorismo académico. Inclui-se aqui a Plataforma de Inovação Académica, um portal que visa divulgar junto da comunidade académica o saber-fazer e as ações empreendidas no domínio do desenvolvimento da inovação.

A incubadora de empresas do meio académico constitui outro elo crucial, prestando formação e aconselhamento sobre a criação de novas empresas a alunos e funcionários da UMK. A unidade mais importante que presta atualmente apoio ao empreendedorismo académico da UMK é o Centrum Transferu Technologii UMK sp. z o.o. Esta EFE, que foi criada em 2014 com apoio nacional através de fundos da UE (no âmbito do programa SPIN TECH do Centro Nacional de Investigação e Desenvolvimento), está a desenvolver esforços o sentido de comercializar os resultados da investigação. Desde 2015, tem promovido de forma eficiente a criação de empresas derivadas na maior universidade da região, totalizando mais de 25 empresas derivadas em meados de 2016.

Ao abrigo dos mesmos acordos, o empreendedorismo académico está igualmente a florescer noutras universidades da região de Kujawsko-Pomorskie, incluindo a Universidade de Casimiro, o Grande, e a Universidade de Tecnologia e Ciências da Vida em Bydgoszcz. ■

AGENDA DA CIÊNCIA e DA INOVAÇÃO

(Agenda Nauki i Innowacyjności) — Voivodia de Kujawsko-Pomorskie

SOB O OLHAR FOTOGRÁFICO

A comunicação vem em primeiro lugar nas regiões

Qual é a melhor forma de tornar a comunicação sobre a importância da UE menos complexa, mais próxima e mais atrativa? Uma possível resposta é através do envolvimento dos cidadãos europeus. É o que está a fazer a campanha «Europe in My Region» (A Europa na minha região), incentivando os cidadãos a descobrirem os projetos financiados pela UE perto do local onde vivem, a tirarem fotografias (para apresentação no concurso de fotografia) e a escreverem sobre esses projetos (e participarem no concurso de blogues).

Ao todo, foram apresentadas na quinta edição do concurso de fotografia «Europe in My Region» 837 fotografias que mostram projetos financiados pela UE. Um júri composto por dois fotógrafos e um perito em redes sociais selecionou os três vencedores: Diellza Balaj do Kosovo, Carlo Deviti de Itália, e Saara Olkkonen da Finlândia.

«Vi o concurso de fotografia no Facebook e acedi depois ao sítio da Comissão Europeia e ao portal Web italiano relativo aos fundos da UE para saber quais eram os projetos financiados no local onde vivo. Saí, tirei as fotografias e, para minha surpresa, ganhei o concurso», explicou Carlo Deviti.

Então, juntamente com os outros vencedores, foi convidado a deslocar-se a Bruxelas para participar num workshop de fotografia e na cerimónia de entrega de prémios integrada na Semana Europeia das Regiões e dos Municípios. *«Foi uma experiência fascinante conhecer pessoas de toda a Europa durante este evento», disse Carlo.*

Encontrar as palavras certas

Entre os participantes encontravam-se também os vencedores do concurso de blogues da campanha «Europe in My Region». Foram convidados bloguistas de toda a Europa para escrever sobre projetos financiados pela UE. Posteriormente, as suas publicações foram traduzidas, republicadas no sítio do EurActiv e partilhadas nas redes sociais.

Um júri composto por jornalistas profissionais selecionou as três publicações vencedoras: o bloguista ecológico polaco, Janusz Mizerny, conquistou o primeiro lugar com a publicação «Os autocarros a biogás são a solução ecológica para as cidades». Os outros dois vencedores ficaram logo atrás: Clarissa Hirst (Suécia): «Brincar com a Rússia na caixa de areia do mar Báltico: desafios e oportunidades» e Andrea González (Espanha): «O Parque Natural de Cabárceno, uma das primeiras iniciativas em Cantábria financiada com fundos europeus!».

Clarissa partilhou o seu ponto de vista sobre o concurso numa publicação em blogue: *«As equipas de comunicação localizadas em Bruxelas podem partilhar estatísticas e informações, mas são as pessoas que vivem, trabalham, socializam, praticam exercício, compram e viajam nas regiões europeias quem pode transmitir com mais exatidão o que lá se passa.»*

Finalmente, para acrescentar um elemento lúdico à campanha global, foi organizada uma caça ao tesouro. A missão dos caçadores do tesouro consistia em encontrar um cartaz escondido quando visitavam os projetos, decifrar uma frase enigmática e, em seguida, responder a uma pergunta final feita em linha. Entre os cerca de 500 participantes, Elinne Mertens da Bélgica foi a primeira a dar a resposta certa — apenas 1 minuto e 26 segundos após a pergunta ter sido publicada na Internet! Elinne ganhou uma viagem a Viena para visitar um projeto cofinanciado pela UE. ■

SAIBA MAIS

http://ec.europa.eu/regional_policy/en/policy/communication/inform-network/euimr_campaign/



European Commission



ROMANIA



ROMANIA



FRANCE



ROMANIA



ROMANIA



ROMANIA



ROMANIA



ROMANIA



ROMANIA



ROMANIA



ROMANIA



ROMANIA



ROMANIA



ROMANIA



ROMANIA

Europe in my Region



Photo Competition 2016



f EUinmyRegion
#EUinmyRegion
ec.europa.eu/info/region



Grand Est, França: diversidade no coração da Europa



◀ *Philippe Richert, Presidente do Conselho Regional do Grand Est, saúda a Comissária Corina Crețu durante uma visita recente a Estrasburgo*

Foi criada uma nova região no coração da Europa. Constituída a partir da fusão, em 2016, das regiões da Alsácia, Champagne-Ardenas e Lorena, a região do Grand Est ocupa uma posição estratégica, no nordeste de França, beneficiando de uma diversidade geográfica e económica incomparável.

Partilhando fronteiras com a Bélgica, o Luxemburgo, a Alemanha e a Suíça, o Grand Est é a única região francesa que faz fronteira com quatro países, com os quais possui fortes ligações históricas, culturais e económicas. A este propósito, a Política de Coesão europeia desempenhou um papel fundamental no apoio ao estabelecimento de ligações transfronteiriças para 5,5 milhões de cidadãos do Grand Est e para centenas de milhares de pequenas e médias empresas (PME), bem como na promoção do emprego local, da inovação e do crescimento empresarial numa ampla variedade de setores.

A Alsácia foi pioneira na administração do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, tornando-se a primeira autoridade regional responsável pela gestão do FEDER em França, no âmbito de um programa-piloto em 2003.

Philippe Richert, Presidente da região do Grand Est (ver entrevista a seguir), salienta que, desde 2014, o sucesso do programa-piloto da Alsácia levou a que a gestão da execução dos programas da Política de Coesão fosse confiada a um maior número de administrações regionais, o que, segundo ele, é fundamental para apoiar o desenvolvimento económico e o emprego em toda a Europa.

Com sede em Estrasburgo, que é atualmente a capital do Grand Est e também a sede do Parlamento Europeu, a autoridade regional responsável pela gestão continua a supervisionar o financiamento da Política de Coesão em toda a região. Está incumbida

de gerir um orçamento de 773 milhões de euros do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) e do Fundo Social Europeu (FSE) para o período de 2014-2020, apoiado por cofinanciamento suplementar a nível nacional e regional.

Apoio financeiro

A missão da autoridade de gestão inclui manter o apoio prestado a projetos lançados anteriormente na Alsácia, Champagne-Ardenas e Lorena, assim como supervisionar novas iniciativas destinadas a promover o desenvolvimento contínuo do Grand Est, a nova região de maior dimensão. A recente reforma territorial de França reduziu o número total de regiões do país de 27 para 18.

A fusão da Alsácia, Champagne-Ardenas e Lorena combina áreas com perfis socioeconómicos muito diferentes, gerando benefícios e desafios na consecução dos objetivos de desenvolvimento regional. Enquanto a Alsácia e Champagne-Ardenas estavam classificadas entre as regiões mais desenvolvidas da UE e receberam financiamento do FEDER no montante de 75 milhões de euros e de 185 milhões de euros, respetivamente, no período de programação de 2007-2013, a Lorena foi considerada como região de transição e recebeu apoio do FEDER no valor de 329 milhões de euros.

Atualmente agregadas na região do Grand Est, estas áreas continuarão a beneficiar de fundos consideráveis da UE nos próximos anos, tendo em conta não só a heterogeneidade da composição socioeconómica da região alargada e a transição industrial em curso, mas sobretudo a sua abertura internacional e localização estratégica para a troca transfronteiriça de bens, serviços e conhecimentos especializados.

Por conseguinte, as principais prioridades de financiamento do FEDER e do FSE para o Grand Est incluem o apoio a entidades exportadoras, nomeadamente às PME, que representam mais de 90 % das mais de 330 000 empresas da região; a melhoria da educação e da investigação e inovação através de estratégias de especialização inteligente para reforçar a competitividade; e a transição para uma economia hipocarbónica para melhorar a eficiência energética e proteger a riqueza da biodiversidade da região.

No Grand Est, a combinação das indústrias mecânica, metalúrgica e automóvel, das empresas farmacêuticas e químicas e do seu vasto setor do agronegócio torna esta região a segunda maior



1 fronteira com 4 países europeus

exportadora de França, apenas precedida pela Ilha de França, e a primeira em termos do volume de exportações *per capita*.

Com mais de 80 % dos 57 800 quilómetros quadrados da nova região consagrados à agricultura e à silvicultura, o Grand Est está na vanguarda da produção agrícola, sendo conhecido a nível mundial por produtos como os vinhos espumantes de Champagne. Além disso, está a assumir uma importância cada vez maior enquanto fornecedor de energias renováveis provenientes da biomassa e dos biocombustíveis, e também de energia eólica e hidráulica.

Uma população relativamente jovem, instituições de ensino bem conceituadas, como as universidades de Estrasburgo e de Reims, e um setor de investigação e inovação em crescimento contribuem ainda mais para a diversidade, o dinamismo e o potencial do Grand Est.

Iniciativas apoiadas pelo FEDER, como o projeto de investigação molecular FILODIM na Lorena e a construção do European Aseptic and Sterile Environment Training Centre na Alsácia (ver caixas), promovem a transição do Grand Est para uma economia orientada para a inovação e prosseguem a liderança que a região já mantém em domínios fundamentais da ciência e da tecnologia.

Outros projetos financiados pela UE, como a expansão de uma incubadora de empresas na cidade de Saint-Dizier em Champagne-Ardenas, apoiam os empresários e o desenvolvimento de novas empresas, proporcionando novas oportunidades económicas para as empresas locais e aumentando a atratividade da região para o investimento estrangeiro.

Interreg: cooperação transfronteiriça

Refletindo a sua localização estratégica, a participação comercial do Grand Est noutros países da UE e na Suíça é superior à de qualquer outra região do território continental francês, enquanto as indústrias locais contam com 159 000 trabalhadores transfronteiriços vindos de países vizinhos. O Grand Est representou 13,6 % do total das exportações francesas em 2014, enquanto os parceiros comerciais da UE representaram 75 % do comércio total.



EASE ESTRASBURGO: FORMAÇÃO EM REGIME DE IMERSÃO TOTAL

Quando abrir em 2017, o centro de formação European Aseptic and Sterile Environment (EASE), com sede na Universidade de Estrasburgo, irá proporcionar novas oportunidades de educação e formação para os estudantes e apoiar os setores da saúde, químico e agroalimentar do Grand Est.

Apoiado pelo FEDER e pelo programa nacional francês «Programme d'Investissements d'Avenir», o centro EASE foi concebido como uma instituição de formação em regime de imersão total, que funciona como uma fábrica real, desenvolvida por e para fabricantes. Em situação de trabalho real, os alunos irão adquirir competências específicas como as boas práticas de fabrico e um conhecimento aprofundado dos processos, técnicas e condicionalismos relacionados com o trabalho em sala limpa. Centrado sobretudo no apoio à formação para as indústrias relacionadas com a saúde na região do Grand Est, o centro proporcionará também oportunidades no domínio da educação aos setores químico e agroalimentar.

Ocupando 4500 metros quadrados, o centro EASE oferecerá cursos de longa e de curta duração a uma ampla variedade de estudantes, incluindo cerca de 1000 pessoas por ano em formação inicial, 2500 em programas de formação de longa duração e 500 em cursos de reciclagem. O projeto inclui a construção de um lar para os estudantes que participam nos programas de prática profissional.

CUSTO TOTAL: 16,3 MILHÕES DE EUROS
CONTRIBUIÇÃO DA UE:
3,3 MILHÕES DE EUROS

<https://www.unistra.fr/index.php?id=18114>

O Grand Est participa em três programas transfronteiriços Interreg apoiados pelo FEDER, que apoiam as autoridades públicas regionais e locais na partilha de ideias e experiências sobre o exercício da administração pública, no estabelecimento de intercâmbios sociais e económicos e na melhoria das estratégias políticas para os cidadãos e as comunidades.

O programa Interreg Rhin Supérieur apoia a cooperação transfronteiriça com as regiões alemãs e suíças, dispondo de um orçamento de 110 milhões de euros, enquanto o programa Grande Région — com uma dotação de 140 milhões de euros — associa o Grand Est às autoridades da região belga da Valónia, do Luxemburgo e das regiões alemãs do Sarre e da Renânia-Palatinado. O Grand Est participa também na parceria Interreg França-Valónia-Vlaanderen que visa reforçar a cooperação entre cinco regiões francesas e belgas, dispondo de um orçamento de 170 milhões de euros. ■



SAINT-DIZIER: A EXPANSÃO DE UMA INCUBADORA DE EMPRESAS

A cidade de Saint-Dizier em Champagne-Ardenas abriu a sua primeira incubadora de empresas em 2013, ocupando parte de um antigo edifício escolar numa área destinada a reabilitação urbana. O seu sucesso foi imediato e superou largamente as expectativas das autoridades da comunidade local, registando uma taxa de ocupação superior a 90 % e com um elevado número de empresários e estudantes a assegurarem uma boa utilização do edifício.

Em resultado disso, a Pépinière d'entreprises de Saint-Dizier está atualmente em fase de expansão graças ao apoio do FEDER. O edifício será integralmente convertido numa área adaptada para utilização pela incubadora de empresas, proporcionando mais espaço para a atividade desenvolvida pelos empresários e pelas empresas em fase de arranque, instalações logísticas comuns melhoradas e um melhor acesso ao apoio institucional e financeiro.

CUSTO TOTAL: 593 400 EUR
CONTRIBUIÇÃO DA UE: 219 400 EUR

<http://www.saint-dizier.fr/vie-economique/accompagnement-et-demarches/espace-createurs-d-entreprises.html>



FILODIM: PERSPETIVAS SAUDÁVEIS PARA A TECNOLOGIA DE PONTA

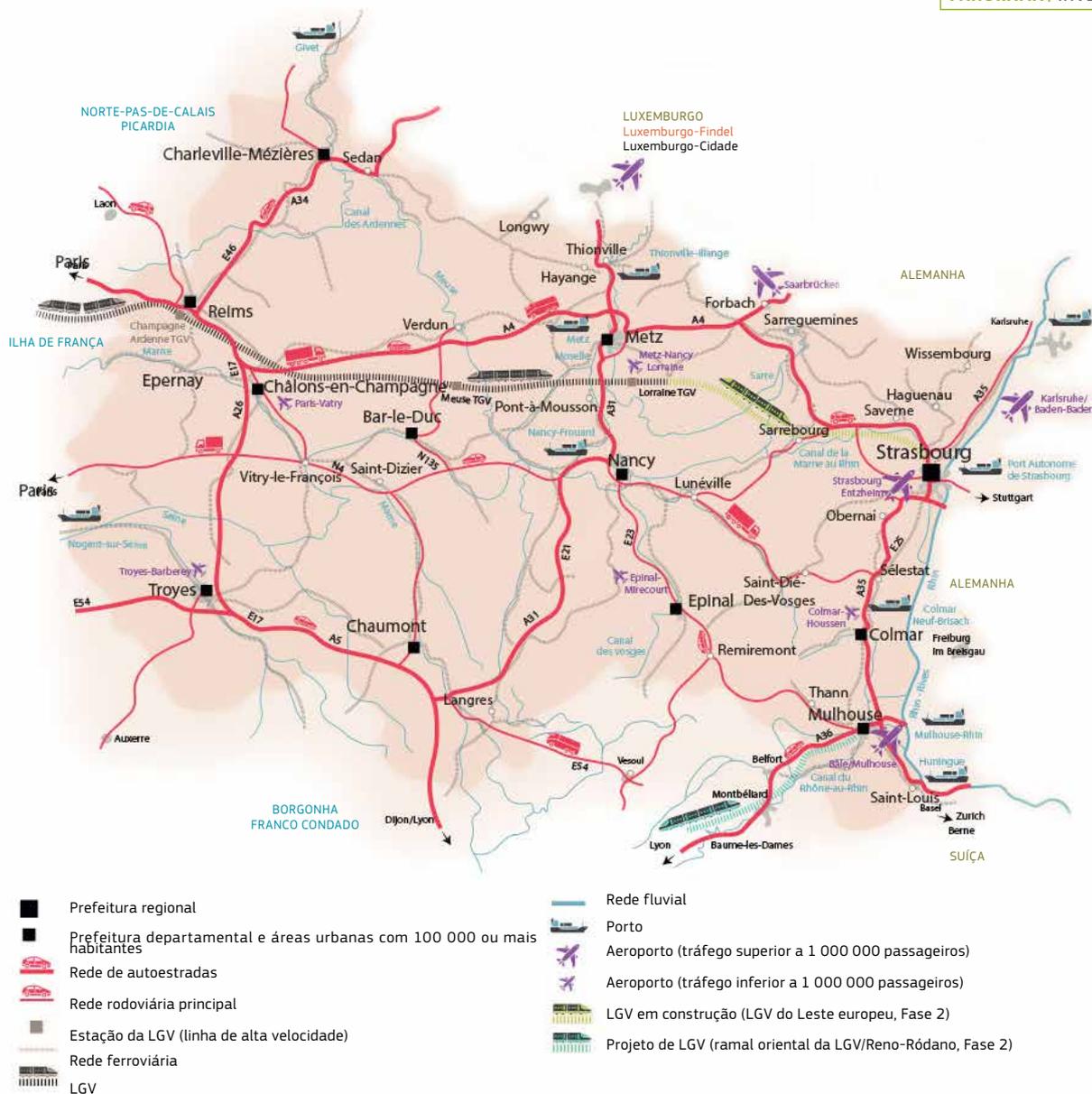
No centro hospitalar regional e universitário de Nancy, as universidades e a indústria estão a trabalhar em conjunto no projeto FILODIM — financiado pela UE — para desenvolver marcadores radioativos inovadores para ajudar a detetar o cancro. A iniciativa constitui um exemplo recente do trabalho de vanguarda que está a ser realizado pelo grupo de investigação da plataforma Nancyclotep, que foi criada em 2007 para explorar aplicações inovadoras para a tecnologia de imagiologia baseada em tomógrafos por emissão de positrões (PET).

A investigação da Nancyclotep já produziu resultados significativos que estão a ser aplicados no setor europeu dos cuidados de saúde, ajudando a melhorar a deteção e o diagnóstico de uma série de doenças oncológicas, neurológicas e cardiovasculares. No âmbito do FILODIM, os investigadores puseram em prática técnicas inovadoras de deteção do cancro, realizaram ensaios pré-clínicos e prosseguiram o desenvolvimento das tecnologias PET. O projeto contribuiu igualmente para o desenvolvimento de uma plataforma de aprendizagem em linha para a formação de especialistas em PET, difundida em todo o setor europeu dos cuidados de saúde.

Desta forma, o FILODIM e outras iniciativas da Nancyclotep desempenharam um papel relevante na promoção do hospital regional e universitário de Nancy enquanto centro de excelência da investigação no domínio das tecnologias PET, não só na região do Grand Est, mas também em França e em toda a Europa.

CUSTO TOTAL: 2,3 MILHÕES DE EUROS
CONTRIBUIÇÃO DA UE: 556 400 EUR

<http://nancyclotep.inist.fr/>



População

5 552 388 (2012), o que corresponde a 8,4 % do total nacional.

Mercado de trabalho

Em 2012, 67,9 % da população estava empregada, em comparação com a média nacional de 68,5 % (68,3 % na UE); a taxa de desemprego situava-se em 9,4 % (10,2 % a nível nacional e 10,8 % na UE).

Economia

A região do Grand Est regista o sexto maior PIB *per capita* das 18 regiões de França — 27 000 euros (2013) — situando-se apenas ligeiramente abaixo da média nacional de 28 400 euros, mas acima da média da UE-28, que totaliza 26 500 euros. Os principais setores são os serviços, a indústria, a construção e a agricultura.

Especializações inteligentes

O setor da investigação e da inovação da nova região está em crescimento, centrando-se em torno de cinco prioridades regionais fundamentais: gestão dos recursos naturais, ciências dos

materiais, cuidados de saúde e produtos farmacêuticos, bioeconomia e inovações no âmbito da «fábrica do futuro». Embora o investimento em I&D se situe abaixo da média nacional, em 2011, os investigadores do Grand Est apresentaram 440 pedidos de patente ao Instituto Europeu de Patentes, o quarto número mais elevado do conjunto das áreas metropolitanas francesas.

Outros setores fundamentais

O comércio desempenha um papel importante na economia do Grand Est devido à localização estratégica da região, que faz fronteira com a Bélgica, a Alemanha, o Luxemburgo e a Suíça. Precedido apenas pela Ilha de França, o Grand Est ocupa uma posição de liderança em termos de exportações, tendo representado 13,6 % do total das exportações francesas em 2014. Cerca de 75 % das exportações têm como destino outros países da UE, sendo a Alemanha a destinatária de 30 % dessas exportações.

SAIBA MAIS

<http://www.alsacechampagneardennelorraine.eu/la-region-alsace-champagne-ardenne-lorraine/>

Maior confiança e flexibilidade com Bruxelas

ESTRUTURAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO DA REGIÃO DO GRAND EST



Philippe Richert, Presidente da nova região do Grand Est, descreve os benefícios concretos da Política de Coesão, nomeadamente no que se refere a evitar uma clivagem digital entre as zonas rurais e as aglomerações urbanas. Nesta entrevista com a *Panorama*, apela a uma maior confiança e flexibilidade entre a Comissão Europeia e as regiões enquanto autoridades de gestão.

Como pode a Política de Coesão ajudar a região do Grand Est a desenvolver a sua economia e quais são os domínios prioritários?

Para o período de 2014-2020, são consagrados 770 milhões de euros à região do Grand Est através de programas operacionais regionais na Alsácia, Champagne-Ardenas e Lorena, financiados pelos Fundos Estruturais da UE. Além disso, é atribuída uma verba de 420 milhões de euros aos programas de cooperação transfronteiriça Interreg Alto Reno, Grande Région e Bélgica-França (França-Valónia-Vlaanderen). No conjunto, o total destas dotações ascende a mais de mil milhões de euros. Adicionando a participação do Fundo Social Europeu (FSE), a Política de Coesão representa um recurso muito significativo e estrutural para a organização territorial e o desenvolvimento económico da região do Grand Est.

Deste montante, 61 % dos fundos do FEDER convergem para três domínios prioritários: 143,8 milhões de euros para a investigação e a inovação, 127,7 milhões de euros para apoiar a competitividade das PME e 77,8 milhões de euros para o desenvolvimento de infraestruturas e da tecnologia digital. Os investimentos no domínio da transição energética receberão uma dotação financeira do FEDER de 145,8 milhões de euros, enquanto o apoio concedido pelo FSE, ascendendo a quase

160 milhões de euros em toda a região do Grand Est, financia principalmente a educação e a formação para jovens e candidatos a emprego.

Por exemplo, sob a égide da região e dos seus nove departamentos, demos início a um procedimento de concurso para a instalação de banda larga por fibra ótica FTTH em toda a região do Grand Est. Estes projetos representam um montante superior a dois mil milhões de euros. Os territórios rurais estão numa posição mais fraca e a banda larga de alta velocidade é uma das melhores formas de evitar uma clivagem digital.

Quais são as vantagens e as desvantagens da nova abordagem que visa a integração de fundos e instrumentos financeiros?

A vantagem do financiamento das políticas através da utilização de instrumentos de engenharia financeira em paralelo com mecanismos de subvenção é que podemos disponibilizar um maior número de recursos. Através do plano de Juncker, que é apoiado pelo Banco Europeu de Investimento (BEI), o financiamento europeu será utilizado para apoiar as empresas e não as autoridades locais através do Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos (FEIE). Em matéria de projetos de instalação de fibra ótica, foram consagrados 500 milhões de euros à Alsácia, enquanto sete outros departamentos da região do

Grand Est receberão uma dotação de 1,3 mil milhões de euros. Tal permitirá criar postos de trabalho e contribuir para a realização de uma infraestrutura de formação, em particular no domínio das obras de construção. No entanto, é essencial alcançar o equilíbrio entre as duas formas de financiamento e avaliar a eficácia destes instrumentos financeiros.

Há uma questão de dimensão global relativamente à utilização dos fundos europeus centrada na simplificação. Como podem as regiões contribuir para tal?

A Europa prevê requisitos bastante por menorizados para garantir a afetação adequada dos seus recursos. Estes controlos tornam os pacotes tão onerosos que as pessoas preferem muitas vezes prescindir deles a ter de preencher centenas de páginas de formulários. É importante abandonar esta perspetiva de desconfiança e adotar uma abordagem mais confiante. Tendo em vista o próximo período de programação, as regiões francesas propõem igualmente a dispensa de certos obstáculos regulamentares, como a cessação da aplicação de auxílios estatais à Política de Coesão e a criação de um fundo europeu único.

Durante o período de 2014-2020, as regiões podem contribuir para esta simplificação através da mobilização de certos instrumentos, como a criação de um balcão único para os chefes de projetos ou o recurso às opções de custos simplificados.

Na sua opinião, a Política de Coesão é eficaz? e como pode ser melhorada?

A Política de Coesão ajuda a limitar os efeitos da crise económica. Entrava a redução do investimento público na Europa e impulsiona as políticas públicas orientadas para um crescimento gerador de emprego, adaptando as intervenções

às necessidades reais de cada território. No total, 977 projetos e quase 160 milhões de euros foram programados para a região do Grand Est desde 2015; 766 destes projetos foram financiados pelo FEDER num montante de 86 milhões de euros.

Para tornar a política mais eficaz, é fundamental abandonar esta abordagem dispersa e promover a transição para projetos com mais efeitos estruturantes a longo prazo. Temos de ser mais organizados para assegurar uma utilização mais estratégica do dinheiro público (Interreg, FEDER). Isto significa que temos de ter maior flexibilidade na nossa relação com Bruxelas, porque os grandes projetos estruturantes não são estabelecidos no espaço de seis meses. No entanto, durante os primeiros anos de cada período de programação, existe o risco de anulação automática se a taxa de utilização do financiamento for insuficiente. Dada a necessidade premente de produzir resultados, são adotados em seu lugar projetos que não beneficiam de estatuto prioritário.

Que resultados espera alcançar no final do período de 2014-2020?

Foram definidas metas a alcançar até 2023 para cada um dos objetivos estratégicos. Serão realizadas avaliações temáticas durante o processo de programação. Os resultados serão medidos e avaliados regularmente, com incidência em 31 de dezembro de 2018. Esta avaliação intercalar contribuirá, se for caso disso, para adaptar as estratégias subjacentes a esses programas.

Qual é o valor acrescentado do programa Interreg França, um sistema único no seu género? Qual é a sua opinião sobre os programas Interreg tradicionais?

É necessário assegurar uma maior coesão para além das fronteiras adminis-

trativas. O eixo inter-regional dos Vosgos, no âmbito do Programa Operacional para a Lorena e os Vosgos, abrange as antigas regiões da Lorena, Alsácia e Franco Condado, a par de objetivos centrados na economia, no turismo, no ordenamento do território e na melhoria do ambiente. Em Estrasburgo, estamos a utilizar a mesma abordagem através do *cluster* «Véhicule du Futur», que abrange a Alsácia e o Franco Condado.

Os programas Interreg «tradicionais» ajudaram a financiar vários projetos que implicam o desenvolvimento de território transfronteiriço, impulsionando a formação e o emprego, promovendo a investigação e a inovação com projetos na Universidade da Grande Région e no Campus europeu Eucor. Este último baseia-se na cooperação entre as universidades de Estrasburgo e da Alta Alsácia em França, o Instituto de Tecnologia de Karlsruhe na Alemanha e as universidades de Friburgo e da Basileia na Suíça, com o objetivo de construir uma ampla rede de inovação e investigação ao longo do Reno.

Que impacto teve a recente reforma territorial francesa nos programas operacionais e na sua gestão, que permaneceu da responsabilidade das regiões, tal como definido antes da reforma?

A fusão das regiões não teve impacto nos programas operacionais aprovados pela Comissão Europeia. No entanto, teve um impacto direto nas relações transfronteiriças. A criação da região do Grand Est levou os territórios vizinhos a organizarem-se. A este respeito, estados alemães como o Sarre, a Renânia-Palatinado e o Bade-Vurtemberg programaram a sua coordenação antes de encetarem o debate connosco. ■

Em 26 de outubro, as Comissárias Corina Crețu e Marianne Thyssen participaram num seminário de trabalho sobre o quadro financeiro plurianual (QFP) e o futuro da Política de Coesão após 2020, organizado pela Associação das Regiões Francesas e presidido por Philippe Richert, Presidente da nova região do Grand Est. O seminário contou também com a participação de deputados ao Parlamento Europeu e de representantes regionais.

Entrevista com a Comissária Marianne Thyssen



Como pode a Europa ajudar a fazer face ao desafio do desemprego, sobretudo entre os jovens?

O Presidente Juncker mencionou esta questão no discurso sobre o estado da União que proferiu no passado mês de setembro: o emprego constitui uma prioridade importante para a Comissão.

Para além do Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos e dos Fundos Estruturais, que apoiam o investimento e, por conseguinte, o emprego, é importante destacar dois domínios específicos que oferecem diversas oportunidades: os programas específicos do Fundo Social Europeu para apoiar a integração dos jovens no mercado de trabalho e a Iniciativa para o Emprego dos Jovens. A Comissão está satisfeita com os resultados obtidos até agora relativamente a esta iniciativa: no total, 1,4 milhões de jovens já beneficiaram de ajuda, e a França aproveitou plenamente esta iniciativa, tendo ajudado, até à data, 220 000 jovens em regiões elegíveis.

Para além de promoverem a formação, especialmente a nível regional, estes fundos permitiram reforçar o apoio aos jovens que procuram emprego ou qualificações através de iniciativas de elevada qualidade como a Garantia para a Juventude. No entanto, ainda há margem para melhorias no que diz respeito à identificação dos jovens que não trabalham, não estudam nem seguem qualquer formação (NEET) e dos jovens para quem continuam a faltar novas iniciativas financiadas.

A este propósito, a Comissão propôs a adição de um montante suplementar de mil milhões de euros à Iniciativa para o Emprego dos Jovens, que os Estados-Membros beneficiários complementarão com um montante equivalente da sua dotação do Fundo Social Europeu.

A gestão dos Fundos Estruturais é um tema de preocupação permanente dos potenciais beneficiários. Estão previstas outras medidas de simplificação?

A simplificação constitui uma pedra angular da nossa iniciativa para apoiar um «orçamento baseado em resultados» — foi iniciada em 2015 para apoiar o crescimento e o emprego, utilizando o orçamento europeu da forma mais eficiente possível.

A França já começou a utilizar as opções de custos simplificados na execução dos programas cofinanciados pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e pelo Fundo Social Europeu.

Além disso, o primeiro ato delegado adotado pela Comissão neste contexto diz respeito à iniciativa nacional francesa para o emprego dos jovens. Este ato permitiu apoiar uma abordagem baseada nos resultados para a implementação da iniciativa «Garantia para a Juventude». Estão a ser discutidas, com certas regiões francesas, propostas semelhantes em matéria de formação. Neste contexto, gostaria também de convidar as autoridades coordenadoras a desempenhar um papel de maior relevo na elaboração e coordenação de propostas regionais.

Por fim, gostaria de salientar que, em julho de 2015, a Comissão Europeia criou um grupo de alto nível de peritos independentes sobre a simplificação para os beneficiários dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI). Este grupo, composto por 12 peritos, aconselha a Comissão quanto à forma de reduzir a carga administrativa dos beneficiários dos FEEI. Beneficiou particularmente do envolvimento — pelo qual gostaria de expressar o meu sincero agradecimento — das autoridades francesas: a Comissão Geral para a Igualdade Territorial, a Delegação Geral em prol do Emprego e da Formação Profissional e as regiões de França. ■

Entrevista com a Comissária Corina Crețu



Na sua opinião, que papel podem desempenhar as regiões francesas resultantes da fusão na execução da Política de Coesão?

A reforma territorial francesa, que entrou em vigor em 1 de janeiro de 2016, transformou a arquitetura territorial de França, reduzindo o número de regiões de 22 para 13. Além disso, foram atribuídas novas responsabilidades a estas novas regiões, que têm atualmente a responsabilidade exclusiva de apoiar as empresas, executar as políticas relativas à formação e ao emprego e intervir no domínio dos transportes, incluindo comboios e autocarros, estradas, aeroportos e portos regionais. Gerem ainda o ensino secundário, o planeamento comunitário e as grandes infraestruturas. Neste sentido, as novas regiões são os nossos interlocutores fundamentais na execução da Política de Coesão.

Tal permite investimentos que podem, assim, reforçar-se mutuamente e contribuir mais eficazmente para os objetivos europeus, adaptando a linha de ação aos

contextos regionais e locais específicos. Além disso, esta abordagem também aumenta a apropriação de ações a nível nacional, regional e local, com o forte envolvimento dos parceiros em consonância com o princípio da parceria.

Uma das principais queixas em relação ao FEDER continua a ser a aplicação das regras relativas aos auxílios estatais. Na sua opinião, é possível aplicar à simplificação o mesmo tipo de tratamento que se aplica a outros instrumentos da UE, como o Horizonte 2020?

O nosso quadro para o período de 2014-2020 já inclui uma vasta gama de elementos de simplificação, como um conjunto de regras comuns aplicáveis a todos os FEEI, mais possibilidades de opções de custos simplificados e de coesão eletrónica. Da mesma maneira, a revisão intercalar do QFP inclui propostas legislativas para uma abordagem mais simples e mais orientada para os resultados. Além disso, escutámos um grande número de partes interessadas, através do grupo de alto nível sobre a simplificação para os beneficiários, bem como do programa para a adequação e a eficácia da regulamentação (a plataforma REFIT).

No entanto, talvez tenhamos chegado ao limite do que é possível fazer no âmbito do sistema existente. Sem pretender antecipar uma futura proposta da Comissão sobre o QFP pós-2020, precisamos, talvez, de uma revisão mais fundamental do funcionamento da Política de Coesão.

Em primeiro lugar, no que se refere à diferenciação: precisamos de reconhecer que as estruturas e as capacidades institucionais e administrativas diferem em função dos Estados-Membros. E isto deve refletir-se no sistema de execução.

Em segundo lugar, devemos caminhar no sentido de estabelecer um conjunto único de regras relativas aos fundos de execução partilhada. Realizámos, sem dúvida, alguns progressos na harmonização das regras para os FEEI, mas ainda subsistem diferenças específicas a cada fundo que geram complexidades. Por conseguinte, devemos envidar todos os esforços com vista a avançar para um conjunto único de regras no próximo período de financiamento, envolvendo todos os fundos de investimento no âmbito da gestão partilhada.

E em terceiro lugar, devemos incentivar sinergias mais fortes com outros instrumentos da UE, em particular o Plano de Investimento, a fim de maximizar o efeito de alavancagem do orçamento da UE.

Neste contexto, as regras relativas aos auxílios estatais continuam a ser um dos principais desafios para os próximos anos. As regras relativas aos auxílios estatais não devem constituir um obstáculo desnecessário ao fácil acesso ao financiamento da UE. No entanto, esta questão exigirá uma análise aprofundada no contexto pós-2020, assim como uma estreita colaboração entre os serviços responsáveis por estes temas. ■



A região do mar Báltico analisa as tendências e os desafios do futuro

A Estratégia da União Europeia para a Região do Mar Báltico (EUSBSR) é a primeira estratégia macrorregional criada pela União Europeia. Visa reforçar a cooperação e promover um desenvolvimento equilibrado nesta vasta região que conta 80 milhões de habitantes — 16 % da população da UE — e oito países (Suécia, Dinamarca, Estónia, Finlândia, Alemanha, Letónia, Lituânia e Polónia).

Em 8-9 de novembro de 2016, teve lugar em Estocolmo, Suécia, o sétimo Fórum Estratégico intitulado «**Uma região, um futuro — Perspetiva para 2030 para a região do mar Báltico**» (*One Region, One Future – Vision 2030 for the Baltic Sea Region*). O Fórum foi aberto pela Comissária para a Política Regional e Urbana, Corina Crețu, pelo Primeiro-Ministro da Suécia, Stefan Löfven, e pelo Primeiro-Ministro da Finlândia, Juha Sipilä.

Cerca de 1200 partes interessadas dos governos nacionais e regionais, da sociedade civil, do setor privado, do meio académico e dos meios de comunicação social participaram em mais de 40 *workshops* e seminários temáticos para debater uma perspetiva para 2030 e ponderar de que modo as tendências e os desafios do futuro podem ser enfrentados através da cooperação macrorregional.

A Comissária Corina Crețu referiu que: «*Há já sete anos que a Estratégia da União Europeia para a Região do Mar Báltico, a primeira estratégia macrorregional de sempre, permite a cooperação no âmbito de desafios que não podem ser abordados a nível nacional: a navegação limpa e segura, a adaptação às alterações climáticas e o melhoramento das redes de transportes, entre outros, mas ainda há muito a fazer. Em particular,*

é necessário um empenho político renovado e constante, uma agregação eficaz dos recursos e ações de comunicação para evidenciar o valor acrescentado da estratégia.»

Foi apresentado um relatório prospetivo (ver hiperligação abaixo) — «**Perspetivas para 2030: preparar a região do mar Báltico para o futuro**» (*Looking towards 2030: Preparing the Baltic Sea Region for the future*) — que forneceu contributos para o debate sobre a forma como a cooperação pode ajudar a fornecer as respostas mais adequadas aos desafios do futuro.

As principais tendências identificadas para a região incluem:

- ▶ a alteração das pressões demográficas e dos fluxos migratórios;
- ▶ a renovação das indústrias e a inovação;
- ▶ o aprofundamento do debate sobre o ambiente e a preparação para as alterações climáticas;
- ▶ a alteração do processo democrático de tomada de decisão e o reforço da colaboração.

Um assunto fundamental apresentado para debate consistia em determinar quais as questões que necessitam de uma resolução a nível macrorregional e quais as questões cuja resolução é mais fácil nos níveis inferiores ou superiores de governação.

Os principais domínios identificados para o reforço da cooperação macrorregional incluem:

- ▶ os desafios ambientais e climáticos, que apenas podem ser superados em conjunto;

Juha Sipilä, Primeiro-Ministro da Finlândia, à esquerda, Stefan Lofven, Primeiro-Ministro da Suécia, à direita e Corina Crețu em visita ao Salão Criativo durante o Fórum da Estratégia para a Região do Mar Báltico >

- > a proteção civil conjunta, que requer uma cooperação multissetorial entre os países;
- > o crescimento azul, que diz respeito aos recursos comuns do mar Báltico;
- > uma maior supervisão do transporte marítimo, tendo em vista o aumento dos volumes de transporte;
- > a salvaguarda das culturas de cooperação a longo prazo, que são um fator fundamental para o êxito da EUSBSR.

Desempenho e potencial

Alimentando o debate sobre as tendências e as oportunidades futuras da cooperação macrorregional, o relatório intitulado «**Tendências, desafios e potencialidades na região do mar Báltico**» (*Trends, challenges and potentials in the Baltic Sea Region*) foi apresentado e debatido numa sessão específica. O relatório inclui os resultados de um sistema de monitorização territorial da região do mar Báltico e do Índice de Potencial da região do mar Báltico. Os dois instrumentos mostram o desempenho atual da região do mar Báltico e contribuíram para o debate sobre o potencial de desenvolvimento na macrorregião.

O **sistema de monitorização territorial da região do mar Báltico** atualizado demonstrou a natureza evolutiva das disparidades existentes. A nível nacional, está a ser colmatada a clivagem económica existente entre o Leste e o Oeste da região do mar Báltico. Simultaneamente, todos os países se defrontam com o aumento da polarização a nível subnacional. Atualmente, a clivagem mais acentuada verifica-se no domínio do desenvolvimento social. A crise financeira também parece ter afetado as zonas rurais de forma mais severa do que os outros tipos de regiões. O resultado é uma concentração crescente da produção, do emprego e das pessoas nas zonas urbanas da região do mar Báltico. Além disso, o relatório aponta desafios ambientais importantes, como a qualidade do ar nas cidades e os níveis de eutrofização no mar Báltico.

O **Índice de Potencial da região do mar Báltico** classifica e analisa o desempenho das 115 regiões do mar Báltico. Apresenta aos decisores políticos perspectivas sobre os pontos fortes e os pontos fracos da região, e pode ser utilizado para uma



aprendizagem comparativa entre as regiões. O Índice baseia-se em três categorias: potencial demográfico, potencial da força laboral e potencial económico. Situando-se no topo da lista, a região de Oslo assume a liderança, seguida da região vizinha de Akershus. As restantes regiões que se encontram entre as dez mais bem classificadas são, respetivamente, as quatro regiões das capitais da Suécia, da Dinamarca, da Alemanha e da Finlândia, bem como três regiões norueguesas (Rogaland, Hordaland e Sør-Trøndelag) e a região de Hamburgo, Alemanha.

Outro relatório apresentado em Estocolmo e intitulado «O topo da Europa — Agir corretamente hoje, mostrando preocupação pelo futuro» (*The Top of Europe – Doing Well Today, Feeling Worried About Tomorrow*) fornece uma visão geral sobre a evolução da economia na região do mar Báltico, incluindo perspectivas de investimentos, de crescimento e de competitividade. O relatório confirma que os países ribeirinhos do mar Báltico ainda ocupam um lugar de destaque nos domínios da competitividade e da capacidade de inovação, e que a prosperidade continua a aumentar em toda a região. No entanto, existem também preocupações de natureza económica acerca da erosão contínua da posição da região nos mercados mundiais. ■

SAIBA MAIS

<http://www.balticsea-region-strategy.eu/>

Reforçar a capacidade administrativa através da autoavaliação dos trabalhadores

A Direção-Geral da Política Regional e Urbana está a implementar um conjunto de ferramentas destinadas a melhorar a gestão e a execução do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e do Fundo de Coesão. Irá, além disso, incluir uma nova ferramenta de autoavaliação para os trabalhadores envolvidos na administração dos programas de financiamento, no âmbito dos esforços para apoiar o desenvolvimento dos recursos humanos.

O desempenho dos Estados-Membros e das regiões é muito influenciado pela qualidade da capacidade administrativa das administrações públicas. Três fatores importantes que influenciam o seu desempenho são as estruturas das administrações, os recursos humanos e a disponibilidade de sistemas e ferramentas adequados. Existe um modelo ideal de gestão dos fundos dirigido às organizações? Não, não existe um modelo padrão pronto a usar, embora seja possível identificar um grupo de competências essenciais que podem melhorar o desempenho de uma organização responsável pela gestão dos fundos.

Consequentemente, para ajudar as administrações dos Estados-Membros, a Direção-Geral da Política Regional e Urbana desenvolveu um quadro de competências e uma ferramenta de autoavaliação conexas. Estes têm por objetivo apoiar uma maior profissionalização da gestão dos fundos e, em última instância, uma maior capacidade administrativa das administrações que gerem os fundos.

Estas ferramentas deverão ajudar os Estados-Membros e as regiões a reforçar as suas administrações de forma eficiente e a identificar lacunas no que diz respeito às necessidades de competências e aptidões dos seus funcionários, definindo, desse modo, as necessidades de formação e recrutamento. Os resultados da autoavaliação podem também ser utilizados para desenvolver, a nível nacional e europeu, módulos de formação sobre a gestão do FEDER e do Fundo de Coesão.

A DG Regio já testou internamente uma versão-piloto da ferramenta de autoavaliação. Este exercício confirmou que as tarefas e subtarefas e as 180 competências identificadas

na ferramenta de autoavaliação são adequadas e eficazes, embora tenha sido sugerida a realização de algumas alterações técnicas e operacionais antes da implementação generalizada do sistema. Entre outras modificações, a ferramenta será adaptada do seu atual formato baseado no Microsoft Excel para uma versão *web* mais fácil de usar e adaptável, facilitando a sua aplicação e proporcionando uma maior flexibilidade.

Aperfeiçoamento

Para aperfeiçoar a ferramenta de autoavaliação, serão, em breve, realizados testes adicionais envolvendo administrações-piloto selecionadas em sete Estados-Membros, apoiadas por uma equipa de consultores. A cooperação entre as administrações-piloto e os consultores deverá decorrer durante aproximadamente seis meses na primeira metade de 2017.

Os consultores irão seguir de perto, apoiar e analisar a implementação da versão-piloto do quadro de competências e da ferramenta de avaliação nas administrações dos Estados-Membros ao longo de todo o processo de avaliação das competências.

Os consultores irão:

- ▶ Adaptar a ferramenta de autoavaliação em conformidade com as necessidades de cada administração-piloto;
- ▶ Apoiar os supervisores e gestores das administrações na recolha de dados das autoavaliações efetuadas pelos trabalhadores utilizando a ferramenta, prestar assistência na agregação dos dados a nível administrativo e ajudar a efetuar a análise dos dados recolhidos e agregados;
- ▶ Identificar ações e fornecer orientações sobre o modo como as competências das administrações-piloto que precisam de atualização ou estão em falta podem ser reforçadas ou desenvolvidas de forma eficiente;
- ▶ Com base numa análise dos dados agregados de cada administração, fornecer orientações adaptadas sobre roteiros e estratégias de desenvolvimento de recursos humanos.



O estudo-piloto em sete administrações públicas responsáveis pela gestão dos programas do FEDER e do Fundo de Coesão irá ajudar a identificar as modificações necessárias da ferramenta de autoavaliação e permitir a realização de alterações antes da disponibilização mais generalizada do quadro de competências e da ferramenta.

O estudo irá ainda retirar conclusões sobre os aspetos que as administrações dos Estados-Membros e a Comissão Europeia devem ter em conta para garantir o êxito da aplicação futura do quadro de competências. Isto, por sua vez, irá contribuir para desenvolver orientações para os utilizadores e para formular recomendações sobre a melhor forma de promover a utilização alargada do quadro e da ferramenta de autoavaliação, sobretudo nos Estados-Membros que precisam de desenvolver a sua capacidade administrativa.

Os resultados do estudo permitirão promover amplamente a utilização do quadro de competências e da ferramenta de autoavaliação em todas as administrações dos Estados-Membros responsáveis pela gestão do FEDER e do Fundo de Coesão a partir de meados de 2017. ■

VERSÃO-PILOTO DA FERRAMENTA DE AUTOAVALIAÇÃO

As autoridades responsáveis pelos seguintes programas foram propostas para testar a versão-piloto do quadro de competências e da ferramenta de autoavaliação:

- > Áustria: Programa Operacional «Investimentos no Crescimento e no Emprego na Áustria 2014-2020»
- > Bulgária: Programa Operacional «Ambiente 2014-2020»
- > Estónia: Programa Operacional «Financiamento da Política de Coesão 2014-2020»
- > Grécia: Programa Operacional Regional «Macedónia Ocidental»
- > Hungria: Programa Operacional «Ambiente e Eficiência Energética»
- > Polónia: Programa Operacional Regional para a Baixa Silésia
- > Roménia/Bulgária: Programa de Cooperação Transfronteiriça

SAIBA MAIS

<http://europa.eu/IPv34Pm>

Para além do PIB: o último Índice de Progresso Social regional da UE

Em outubro, a versão mais recente do Índice de Progresso Social regional da UE (IPS-UE) publicou os resultados das medidas implementadas em 272 regiões dos Estados-Membros da UE.

O «progresso social» é definido como a capacidade da sociedade para dar resposta às necessidades básicas humanas dos seus cidadãos, estabelecer bases para que os cidadãos e as comunidades possam reforçar e manter a sua qualidade de vida e criar condições para que os indivíduos possam realizar plenamente as suas potencialidades. O IPS-UE abrange três grandes dimensões do progresso social: necessidades básicas humanas, princípios de bem-estar e oportunidades. Cada uma destas dimensões é decomposta em quatro componentes subjacentes, descritos por 50 indicadores sociais e ambientais. A exclusão deliberada de indicadores económicos significa que o Índice mede diretamente o progresso social, em vez de utilizar indicadores económicos alternativos.

A medição do progresso social pode nortear as estratégias de desenvolvimento das regiões da UE. O Índice mais recente tem por finalidade:

- ▶ ajudar as regiões a identificarem pares, a qualquer nível do desenvolvimento económico, com os quais possam aprender e, se for caso disso, definir quais as questões que pretendem abordar de forma prioritária nos seus programas da Política de Coesão;
- ▶ servir de caixa de ressonância para a Comissão avaliar se os fundos da UE abordam as questões certas nos locais certos;
- ▶ permitir que a DG Política Regional e Urbana possa dar o seu contributo no debate «Para além do PIB».

Os resultados estão à vista

Os resultados mostram que o progresso social regista o seu nível mais elevado nas regiões nórdicas e neerlandesas, atingindo o seu nível mais baixo nas regiões romenas e búlgaras. O nível de progresso social é igualmente elevado na Áustria, Alemanha, Luxemburgo, Irlanda e Reino Unido. A Bélgica e a França apresentam também bons resultados, embora os

dois países apresentem um nível elevado de variabilidade interna. Observa-se o nível mais elevado de variabilidade dentro do país em Itália, onde as regiões centrais apresentam melhores resultados do que o resto do país.

Há uma forte ligação entre o IPS-UE e o produto interno bruto (PIB) *per capita*, embora a relação indique que em todos os níveis de desempenho económico existem oportunidades para aumentar o progresso social, havendo também riscos de abrandamento do progresso. Nas regiões mais pobres, cada euro suplementar de PIB *per capita* representa um contributo complementar concreto para o progresso social, não se verificando o mesmo nas regiões mais ricas. Esta situação é particularmente evidente nas regiões das capitais: por exemplo, Bucareste, Bratislava, Praga, Bruxelas e Londres detêm todas um nível significativamente baixo de IPS relativamente ao seu PIB *per capita*. No entanto, outras regiões — como as dos países nórdicos e a maior parte das regiões dos Países Baixos — suplantam o seu nível económico, atingindo um nível superior ao que permite inferir o seu PIB *per capita*.

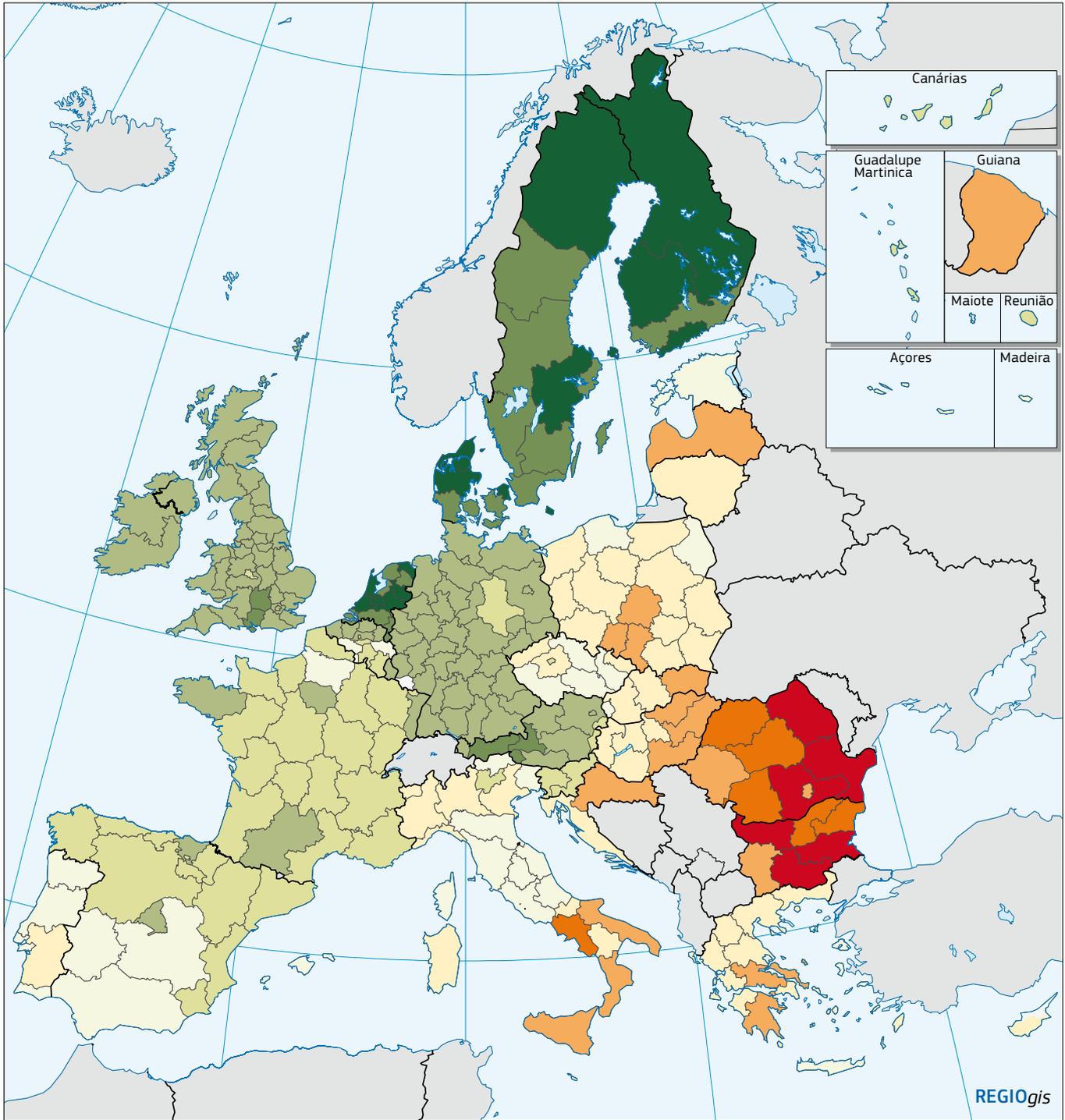
Exceto no caso de algumas regiões dos Estados-Membros que aderiram à UE em 2004 ou posteriormente, o IPS-UE revela que as necessidades básicas humanas estão a ser supridas em quase todas as regiões da UE. A dimensão que integra os princípios do bem-estar apresenta um nível de variação mais elevado, sendo que apenas os Estados-Membros nórdicos, os Países Baixos e a Irlanda registam bons resultados em todas as suas regiões. A dimensão relativa às oportunidades regista as maiores discrepâncias com níveis mais baixos de desempenho em muitas regiões do sul e do leste da UE.

O Índice de Progresso Social regional da UE resulta de uma cooperação de três anos entre a DG Política Regional e Urbana¹, a Social Progress Imperative e o Orkestra — Instituto Basco de Competitividade. Segue o quadro geral do Índice de Progresso Social mundial, adaptado à UE, utilizando indicadores retirados sobretudo de dados do Eurostat. ■

SAIBA MAIS

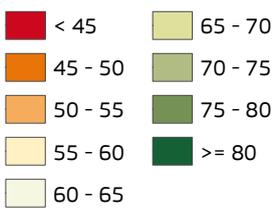
<http://europa.eu/!Dg69Mv>

¹ O Índice de Progresso Social regional da UE não foi criado para efeitos de atribuição de financiamento nem é de modo algum vinculativo para a Comissão.



Índice de Progresso Social da UE

Índice



Fonte: DG REGIO



© EuroGeographics Association para as fronteiras administrativas

PROJETOS

DEFINIR UM PADRÃO DE REFERÊNCIA GLOBAL PARA A NAVEGAÇÃO LIMPA

CONTRIBUIÇÃO TOTAL:
1 352 900 EUR

CONTRIBUIÇÃO DA UE:
1 088 500 EUR



O coordenador do Parque de Ciência e Tecnologia de Klaipeda na Lituânia, Andrius Sutnikas, fala à *Panorama* sobre o projeto MarTech LNG e sobre o modo como ajudou a tornar a região do Sul do Báltico num centro de abastecimento de gás natural liquefeito (GNL) à escala global.

Com os novos regulamentos da UE a liderarem a transição para combustíveis marítimos mais limpos, a indústria naval dos países que fazem fronteira com o Sul do mar Báltico teve de se adaptar rapidamente. Os oito parceiros europeus do projeto MarTech LNG, com o apoio da UE, viram aqui uma oportunidade para explorar as indústrias do GNL como catalisadoras do crescimento e do desenvolvimento regional e para transformar o Sul do Báltico num modelo da navegação limpa.

Panorama: Como surgiu este projeto?

Andrius Sutnikas: a Lituânia e a Polónia decidiram fazer investimentos significativos na segurança e na independência energéticas. Naturalmente que as universidades e as empresas da nossa rede pretendiam saber quais os benefícios que poderiam retirar do financiamento e de uma eventual nova fonte de energia. Assim, iniciámos o projeto para criar uma cadeia de valor transfronteiriça na região do Sul do mar Báltico.

A que desafios ou oportunidades o projeto veio dar resposta?

As empresas e as universidades locais têm falta de competências relacionadas com o GNL, que são necessárias para criar novos modelos de negócio e novas soluções tecnológicas. Depois de investigar as oportunidades, percebemos que um dos principais mercados poderia ser o da navegação, com a entrada em vigor dos novos regulamentos em matéria ambiental. Transformámos os desafios ambientais em oportunidades de negócio graças aos investimentos adicionais dos armadores, criando emprego e promovendo o desenvolvimento tecnológico da indústria marítima da região. Atualmente, os estaleiros navais polacos e lituanos são líderes em navios movidos a GNL. O Sul do Báltico está a tornar-se num modelo da navegação limpa que poderia ser exportado para outras regiões.

Como adquiriram e transferiram os conhecimentos tecnológicos necessários?

O Parque de Ciência e Tecnologia de Klaipeda (KSTP) liderou o projeto, com a colaboração de oito parceiros provenientes de cinco países. O MarTech LNG formou 200 peritos, efetuando o levantamento dos perfis científicos relacionados com a investigação em GNL na região e criando uma plataforma de desenvolvimento de competências no portal de cooperação empresarial golng.eu: um compêndio de acesso aberto de estudos de investigação sobre GNL em domínios como a liquefação, a maquinaria, instalações de GNL terrestres e em pequena escala, segurança e ambiente, tendências comerciais e dinâmicas de mercado. Também realizámos 14 seminários tecnológicos, permitindo às partes interessadas regionais acederem a tecnologias de ponta.

Através de 20 reuniões entre empresas, o MarTech LNG lançou 10 projetos empresariais. Além disso, realizámos consultas de viabilidade sobre concursos públicos no domínio da tecnologia de GNL em grande escala: abastecimento de GNL para um navio de curta distância na Dinamarca; capacidade dos terminais de GNL em Klaipeda; e uma nova linha de ferry entre Świnoujście e Klaipeda, ligando os dois principais centros de GNL da região.

Qual o papel desempenhado pelo financiamento da UE?

O financiamento da UE veio facilitar o desenvolvimento tecnológico e as parcerias empresariais, que trouxeram cerca de 46 milhões de euros para o projeto. Isto não teria sido possível sem o investimento europeu.

Foi difícil criar cadeias de abastecimento transfronteiriças?

A construção de cadeias de valor sustentáveis e a criação de soluções tecnológicas para os novos modelos de negócios no domínio do GNL foram os principais desafios, uma vez que se tratava de questões transeitoriais e transculturais. Contudo, pretendíamos oferecer uma vantagem competitiva a diferentes setores da parceria empresarial, o que ajudou a promover o entendimento de que estamos a enfrentar desafios à escala global e que, para sermos competitivos, temos de adotar uma perspetiva internacional, ligando as capacidades de produção do Leste com as tecnologias do Norte.

Quais os benefícios trazidos por este projeto para a região?

O principal foco foram as indústrias das tecnologias energéticas e marinhas da região, embora também tenhamos conseguido uma massa crítica para o desenvolvimento da infraestrutura de GNL nos portos e cidades e efetuado recolha dados de investigação para apoiar as decisões das entidades públicas e privadas. As indústrias da construção naval do Sul do Báltico estão, definitivamente, a beneficiar com este projeto e a tornar-se líderes mundiais neste domínio. Desenvolvemos parcerias que irão sustentar um modelo de negó-

cios baseado em GNL na região. Se todas as oportunidades de negócio criadas durante o projeto forem postas em prática, iremos gerar pelo menos 400-500 postos de trabalho. Esperamos que as atividades aumentem a passos largos no futuro.

Como conseguiram envolver as grandes empresas multinacionais?

Durante a fase de projeto, visitámos um dos principais eventos mundiais de GNL para promover a cadeia de valor regional do GNL. Esta visita atraiu a atenção de empresas como a GE, a Shell, a Emerson e a Wärtsilä, que demonstraram interesse em oferecer as capacidades para desenvolvimento tecnológico e inovação na região. A rede do projeto mantém relações estreitas com estes parceiros.

Que outras oportunidades de inovação empresarial foram criadas?

Um porto ou uma cidade sozinhos nunca serão competitivos nesta indústria emergente. Precisamos de uma cadeia de valor para desenvolver produtos e serviços que são procurados em todo o mundo. O MarTech LNG engloba a inovação tecnológica e organizacional. O projeto anunciou uma mudança de paradigma na prática de combustível de bancas com impactos ambientais e económicos. O gás natural é o combustível fóssil mais limpo existente. Além disso, as previsões de preços para o gásóleo naval indicam que os navios a GNL poderão ter os custos de exploração mais baixos, apesar dos investimentos iniciais mais elevados, em comparação com outras tecnologias disponíveis, como a depuração dos gases de escape.

A rede de competências transfronteiriça reúne, neste momento, 200 peritos com

conhecimentos de ponta sobre engenharia, segurança e análise empresarial de GNL.

Que lições aprenderam para o futuro?

O projeto MarTech LNG desenvolveu cadeias de valor transfronteiriças que maximizam o potencial económico regional da indústria de GNL emergente, mobilizando investimentos empresariais no valor de 46 milhões de euros. Espera-se que o impacto económico aumente no futuro. O MarTech LNG é amplamente reconhecido como a faísca crucial que libertou um conjunto de investimentos nos setores da construção naval e do abastecimento de combustíveis dos navios.

Os primeiros debates sobre GNL na região do Sul do Báltico foram fragmentados e relacionados sobretudo com a independência energética, em especial na Polónia e na Lituânia. Hoje, está a ser dinamizado um *cluster* transfronteiriço inteligente de portos, construtores navais, armadores, prestadores de tecnologia e de abastecimento de combustíveis interdependentes na região do Sul do Báltico. O projeto deu origem a uma cadeia de atividades de inovação tecnológica e empresarial no domínio da especialização inteligente da indústria marítima do Sul do Báltico, desenvolvendo sinergias tecnológicas entre atividades portuárias GNL e não-GNL, como a refrigeração por amoníaco. O MarTech LNG é um exemplo do modo como as medidas brandas e a cooperação transfronteiriça podem liderar o crescimento económico e a criação de emprego. ■

SAIBA MAIS:

Parque de Ciência e Tecnologia de Klaipeda: www.kmtp.lt

Cadeia de valor GNL: www.golng.eu

RECURSOS NATURAIS ALIMENTAM CENTRO DE DADOS ECOLÓGICO NO EPIRO

**INVESTIMENTO TOTAL:
8 347 900 EUR**

**CONTRIBUIÇÃO DA UE:
8 347 900 EUR**

O projeto GreenDC (Centro de Dados Ecológico), que está a ser desenvolvido nas margens do rio Louros, tem um impacto significativo na sensibilização e no desenvolvimento das TIC na região grega do Epiro.

Nos últimos anos, a rápida evolução da Internet e das tecnologias da informação e da comunicação resultou numa procura cada vez maior de grandes centros de dados para armazenar a vasta quantidade de recursos informáticos que impulsionam a nossa economia digital a nível mundial. Estes centros construídos para o efeito consomem um volume considerável de energia, o que por sua vez contribui para a emissão de gases com efeito de estufa e para o seu efeito prejudicial para o nosso clima e ambiente.

Os computadores modernos geram grandes volumes de calor quando estão em funcionamento, sendo uma fração significativa do mesmo consumida pelos centros de dados em sistemas de ar condicionado e de refrigeração. O projeto Green Data Center (GreenDC), que foi cofinanciado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) ao abrigo do Programa Operacional «Convergência Digital 2007-2013», tem por objetivo reduzir a energia utilizada pelos serviços informáticos, recorrendo a fontes de energia alternativas, reutilizáveis e sustentáveis.

Graças à conceção ecológica do projeto, o consumo total de energia será reduzido em mais de 50 % em relação à energia utilizada pelos centros de dados convencionais, o que terá um impacto positivo no ambiente.

Material de base

A GRNET, a Rede Grega de Investigação e Tecnologia, utiliza soluções respeitadoras do ambiente para desenvolver os seus próprios centros de dados com vista a satisfazer a procura crescente de recursos informáticos menos dispendiosos em

termos de funcionamento. Neste âmbito, desenvolveu o projeto GreenDC, que se apoia na natureza para o fornecimento da água fria necessária para os refrigeradores convencionais do sistema de ar condicionado do centro.

Ao contrário do que acontece com a maioria dos projetos de TI na Grécia, as instalações do GreenDC estão situadas longe das zonas urbanas populares, nas margens do rio Louros, próximo de uma central de energia hidroelétrica explorada pela Public Power Company Renewables. A água fria é bombeada do rio para o sistema de ar condicionado do centro de dados, onde é então utilizada pelos permutadores de calor para refrigerar o circuito interno de água, em vez de utilizar refrigeradores que são mais exigentes em termos de consumo energético.

O centro de dados está totalmente desenvolvido em seis contentores pré-fabricados que albergam os equipamentos informáticos, os sistemas de fornecimento de energia e de alimentação ininterrupta, uma subestação de média tensão, o sistema de arrefecimento, um gerador de segurança e um escritório. O funcionamento não requer qualquer assistência humana, sendo que todos os processos de monitorização e de administração são realizados remotamente a partir da GRNET graças a sistemas de automatização e de deteção e à captação de imagens de vídeo.

Contando atualmente com 200 servidores de última geração, o centro oferece serviços avançados, como a computação em nuvem, à base de utilizadores da GRNET. Além disso, está a alcançar progressos significativos na melhoria da sensibilização para as TIC e no desenvolvimento de conhecimentos tecnológicos relevantes, incentivando a interação com a comunidade local e as instituições académicas em toda a região do Epiro. ■

SAIBA MAIS

<http://www.grnet.gr>

PROJETOS

A DUTCH GARDEN PROMOVE TALENTOS NO DOMÍNIO DOS JOGOS

**INVESTIMENTO TOTAL:
4 000 000 EUR**

**CONTRIBUIÇÃO DA UE:
1 600 000 EUR**

A indústria neerlandesa dos jogos de vídeo foi impulsionada pela criação de uma incubadora de *start-ups*, a Dutch Game Garden, que proporciona um espaço e serviços de ligação em rede inovadores a líderes da indústria estabelecidos, visando também promover novos talentos.

Os Países Baixos realizaram um investimento significativo no setor dos jogos de vídeo com a criação da Dutch Game Garden (DGG), uma inovadora incubadora de *start-ups* que visa promover o talento na indústria. Desde a sua criação em 2008, a DGG tem vindo a progredir, tornando-se uma comunidade dinâmica que já atraiu uma série de empresas inovadoras e competências especializadas.

Esta incubadora de *start-ups* e centro de eventos no âmbito da indústria dos jogos de vídeo provou ser um conceito único e fértil quer nos Países Baixos quer a nível internacional, afirma a Gestora de Comunicações da DGG, Eline Muijres. Refere que antes de 2008, a indústria não tinha visibilidade e via-se impossibilitada de coordenar e prestar apoio a novas *start-ups*. A DGG permitiu aos Países Baixos criar uma rede de profissionais da indústria, bem como atrair novos talentos.

Entre 2008 e 2014, cerca de 75 empresas estavam localizadas na sede da DGG em Utrecht, bem como noutros centros em Hilversum e em Breda. Foi assim possível criar mais de 200 postos de trabalho e gerar receitas no valor de seis milhões de euros. A DGG apoiou igualmente mais de 500 empresas, oferecendo serviços de aconselhamento, consulta e mediação.

A DGG acolhe uma série de eventos, incluindo os seus almoços em rede para potenciais clientes, estudantes, professores e investidores, que constituem um traço distintivo desta incubadora. O seu evento anual «Índigo» proporciona aos mais importantes criadores de jogos neerlandeses um mostruário notório para a sua atividade. Outras atividades incluem *master classes* para talentos emergentes, encontros para a produção de jogos (*game jams*) e *workshops*. Até à data, mais de 22 000 pessoas participaram em eventos organizados pela DGG.

«A Dutch Game Garden tornou-se rapidamente um conceito bem conhecido, tanto dentro como fora dos Países Baixos. Trata-se

de um espaço com um grande número de empresas de jogos e de tecnologia, promovido por um programa de apoio a *start-ups*, inúmeros eventos em rede, centenas de publicações e novos espaços que vão surgindo em todo o país. Esta combinação de atividades que se reforçam mutuamente torna-nos únicos nos Países Baixos e no estrangeiro», diz o Diretor Executivo da DGG, Jan-Pieter van Seventer.

Jogos a sério

A DGG acolhe um leque muito variado de empresas de jogos com alcance internacional, desenvolvendo aplicações que podem constituir jogos lúdicos ou didáticos.

Na verdade, a DGG tem sido um dos principais incentivadores dos «jogos a sério» — uma categoria que utiliza técnicas de jogos para formar ou instruir os utilizadores em temas específicos, como a prestação de cuidados a idosos e a segurança dos doentes. Durante uma visita efetuada à DGG em 2015, a Comissária Europeia para a Política Regional Corina Crețu mostrou-se especialmente impressionada com as atividades desenvolvidas pela incubadora neste domínio.

A DGG diversificou igualmente a sua atividade com vista a fornecer orientações às empresas nos domínios do desenvolvimento de aplicações, das campanhas em linha e da conceção interativa, assim como da produção de jogos. A incubadora utilizou fundos do projeto para prestar maior apoio e uma gama mais ampla de serviços a um número maior de empresas, bem como para transferir-se para instalações mais modernas. Além disso, foram empreendidas ações com vista a incentivar a presença do setor neerlandês em feiras internacionais e melhorar a visibilidade da indústria através da colaboração em mais de 1250 artigos para os meios de comunicação digitais, audiovisuais e para a imprensa escrita.

O investimento total para o projeto «Dutch Game Garden» é de 4 000 000 EUR, com uma contribuição de 1 600 000 EUR do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) através do Programa Operacional «Emprego e Competitividade dos Países Baixos Ocidentais» para o período de programação 2007-2013. ■

SAIBA MAIS

www.dutchgamegarden.nl

Uma visão partilhada para a Política de Coesão pós-2020



Enrico Rossi, Presidente da região da Toscana e Vice-Presidente da CRPM, fala à *Panorama* sobre a importância do evento e sobre a visão da CRPM para a Política de Coesão após 2020.



Qual é a sua opinião pessoal a respeito da edição deste ano da Semana Europeia das Regiões e dos Municípios (EWRC)?

O evento EWRC deste ano permitiu às regiões da Europa mostrar a sua capacidade de gerar crescimento e emprego, aplicar a Política de Coesão da União Europeia e demonstrar a importância dos níveis local e regional para a boa governação europeia.

A EWRC proporcionou à CRPM, e às 160 regiões periféricas marítimas que representa em toda a Europa, a oportunidade de organizar este importante evento, oferecendo uma perspetiva regional sobre o futuro da Política de Coesão. Utilizando exemplos concretos apresentados pelas regiões que integram a CRPM, a conferência demonstrou o papel que a Política de Coesão desempenha na consecução das prioridades da UE, melhorando as condições de investimento e alcançando a coesão territorial, económica e social.

Demonstrámos que os Fundos Europeus Estruturais e de Investimento contribuem para prioridades europeias como a migra-

ção, as alterações climáticas e o crescimento das PME. Comprovámos ainda de que forma a Política de Coesão ajuda a criar as condições adequadas para o investimento sustentável e a longo prazo.

O que pensa a CRPM sobre a forma como está a decorrer o período de financiamento de 2014-2020?

O investimento é uma das prioridades, senão mesmo a principal prioridade da UE. Constitui uma prioridade clara da Comissão Juncker para o período de 2014-2020, e a CRPM apoia plenamente esta visão. É por isso que queremos garantir que a Política de Coesão seja reconhecida como a principal política de investimento da UE.

Por conseguinte, a CRPM apela ao Presidente Juncker e à Comissão Europeia para que reconheçam a força e o potencial verdadeiros das regiões da Europa. Perspetivamos o futuro e a estratégia da UE pós-2020, quando começar o próximo conjunto de ações e de programas de financiamento.

Congratulamo-nos com os esforços consagrados à simplificação da execução

A Conferência das Regiões Periféricas Marítimas (CRPM) e a DG REGIO da Comissão Europeia organizaram uma importante conferência em Bruxelas, em outubro, para debater o papel essencial da Política de Coesão para o futuro da União Europeia. O objetivo do evento intitulado «O papel da Política de Coesão na consecução das prioridades da UE» consistia em legitimar o papel da Política de Coesão na consecução das prioridades da UE e demonstrar que este instrumento é muito mais do que um mero fundo de financiamento.



^ Eleni Marianou, Secretária-Geral da CRPM



^ Normunds Popens, Diretor-Geral Adjunto para a Implementação, DG Política Regional e Urbana, Comissão Europeia

dos programas no âmbito da gestão partilhada, com o financiamento suplementar para a Iniciativa para o Emprego dos Jovens, com a prorrogação da iniciativa PME, bem como com a criação de uma prioridade de investimento no âmbito da integração dos migrantes. Todas estas propostas da Comissão Europeia são muito positivas e foram anunciadas no quadro da revisão intercalar do orçamento da UE.

Qual é a visão da CRPM sobre o período pós-2020?

O projeto da UE encontra-se numa conjuntura crítica e temos agora uma oportunidade de modernizar a Política de Coesão, para que esteja no cerne de uma UE reformada. A nossa visão sobre o futuro da política é clara: a Política de Coesão é mais do que um mero fundo de financiamento; é uma política consagrada no Tratado da UE, que concretiza as prioridades da UE nos territórios da Europa.

É nosso dever, enquanto regiões, mostrar que esta política proporciona muitos outros benefícios. Ficámos muito satis-

feitos pelo facto de a Comissária Corina Crețu ter partilhado connosco essa visão durante a conferência sobre o «orçamento da UE centrado nos resultados».

De que forma a CRPM contribuirá para a preparação para o período pós-2020?

Temos várias ideias sobre o que será necessário alterar para modernizar a Política de Coesão. As regiões periféricas e marítimas que representamos adotaram uma posição escrita que sublinha que a Política de Coesão é fundamental para o crescimento económico em todos os territórios da Europa e que deve ser reforçada para corresponder às novas prioridades da UE. A política deve ser modernizada e configurada de forma a estar no cerne de uma União Europeia reformada.

A Política de Coesão não é um mero fundo de financiamento; permite colmatar as disparidades regionais e gera crescimento e emprego, o que a torna mais importante do que nunca. Apelamos à Comissão Europeia para que

desenvolva uma estratégia europeia de longo prazo em favor do investimento, aliando as forças conjuntas da Política de Coesão e do Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos.

Exortamos igualmente a Comissão a introduzir alterações importantes com vista a simplificar a política para os beneficiários e as autoridades de gestão, e apelamos à definição de um conjunto de regras comuns aplicáveis aos cinco Fundos Europeus Estruturais e de Investimento. ■

SAIBA MAIS

<http://www.crpm.org/>

ORIENTAÇÕES SOBRE AS MELHORES PRÁTICAS NO DOMÍNIO DAS TIC



Foi publicada uma nova brochura que visa ajudar as autoridades de gestão e as administrações públicas a planearem e realizarem investimentos em TIC de forma eficaz. O guia reúne projetos bem-sucedidos de toda a UE em domínios como a administração em linha, a saúde em linha e a aprendizagem em linha, bem como as infraestruturas de banda larga e as aplicações de rede. O objetivo é incentivar as autoridades de gestão e as administrações públicas a melhorarem o acesso às TIC, bem como a sua utilização e a sua qualidade, conforme estipulado nas duas condições *ex ante* no domínio das TIC, definidas para o objetivo temático 2.

SAIBA MAIS

<http://europa.eu/!Yb39tW>

NOVOS ACORDOS DE GARANTIA NO ÂMBITO DA INICIATIVA PME NA BULGÁRIA

Foram assinados novos acordos entre o Fundo Europeu de Investimento (FEI) e intermediários financeiros na Bulgária, no âmbito do seu programa de iniciativa PME. Seis meses após o lançamento do programa, foram assinados cinco acordos com o Banco Búlgaro Unido, o Raiffeisenbank Bulgária, o UniCredit Bulbank, o Banco ProCredit e o CIBANK. Espera-se que desbloqueiem 385 milhões de euros de financiamento para as PME no país. «A Bulgária situa-se no grupo de liderança no que toca aos Estados-Membros que beneficiam deste inovador programa da Política de Coesão, e estes acordos dão provas concretas de que a iniciativa PME está a produzir resultados», disse a Comissária para a Política Regional, Corina Crețu.

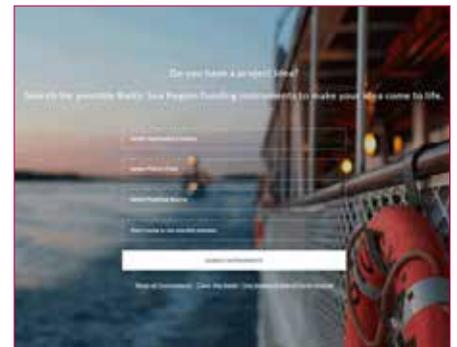
A iniciativa PME é um instrumento financeiro conjunto desenvolvido pela Comissão e pelo Grupo do Banco Europeu de Investimento (BEI). Faz parte de uma iniciativa mais ampla com vista a incentivar os Estados-Membros a duplicarem o montante dos fundos da Política de Coesão investidos através de instrumentos financeiros, em consonância com os objetivos do Plano de Investimento para a Europa. «Espero que estes novos acordos consigam persuadir outros Estados-Membros a aderirem à iniciativa», acrescentou a Comissária Corina Crețu.

SAIBA MAIS

http://www.eif.org/what_we_do/guarantees/sme_initiative/smei_bulgaria/index.htm

PORTAL DO FINANCIAMENTO DO BÁLTICO PUBLICADO

O INTERACT e o Instituto Sueco conceberam um novo instrumento de procura de financiamento para projetos na região do mar Báltico. O Portal do Financiamento do Báltico consiste num inventário de mais de 300 instrumentos de financiamento que permitem a cooperação na região do mar Báltico.



O inventário do Portal do Financiamento do Báltico inclui mais de 300 instrumentos de financiamento. Estes instrumentos abrangem fontes de financiamento públicas e privadas de todos os países do mar Báltico (Alemanha, Polónia, Dinamarca, Suécia, Finlândia, Estónia, Lituânia e Letónia), incluindo países não pertencentes à UE como a Noruega e a Rússia. Incluem ainda programas de financiamento à escala da UE.

O valor acrescentado deste portal reside no facto de, pela primeira vez, apresentar um grande número de instrumentos de financiamento em inglês. Estão disponíveis informações mais pormenorizadas na língua original e nos sítios originais dos instrumentos.

SAIBA MAIS

<http://funding.balticsea-region.eu/>

A REGIÃO DO DANÚBIO APOSTA NA INOVAÇÃO



O quinto fórum anual da Estratégia da UE para a Região do Danúbio (EUSDR) foi realizado de 3 a 5 de novembro de 2016, em Bratislava, tendo por título «Fluxos inovadores: água, conhecimento e inovação na região do Danúbio». Durante a sessão de abertura, as duas sessões plenárias e os seis *workshops*, mais de 800 partes interessadas de toda a região debateram as oportunidades e os desafios futuros. Os debates incluíram o recurso à possibilidade de combinar diferentes fundos (incluindo fundos privados) para financiar projetos; o papel fundamental da I&D, em particular a especialização inteligente; medidas direcionadas para os jovens investigadores (por exemplo, incentivos fiscais para combater a fuga de cérebros); e ações com vista a desenvolver uma estratégia conjunta de adaptação às alterações climáticas para toda a bacia hidrográfica.

Para assinalar os cinco anos da estratégia, foi elaborada uma nova brochura que visa divulgar os avanços significativos alcançados, que estão a tornar-se evidentes.

SAIBA MAIS

<http://europa.eu/!JM99Nm>

CONCENTRAÇÃO EM QUATRO ESTRATÉGIAS MACRORREGIONAIS

O programa INTERACT editou a primeira publicação de sempre relativa às quatro estratégias macrorregionais da UE. Intitulada «As estratégias macrorregionais em tempos de mudança — a EUSBSR, a EUSDR, a EUSALP e a EUSAIR avançam juntas para o futuro», a publicação apresenta uma visão geral das questões relacionadas com as quatro estratégias e visa familiarizar os interessados com as estratégias de outras macrorregiões. O objetivo é contribuir para facilitar a cooperação e as atividades entre pares no âmbito das estratégias no futuro.

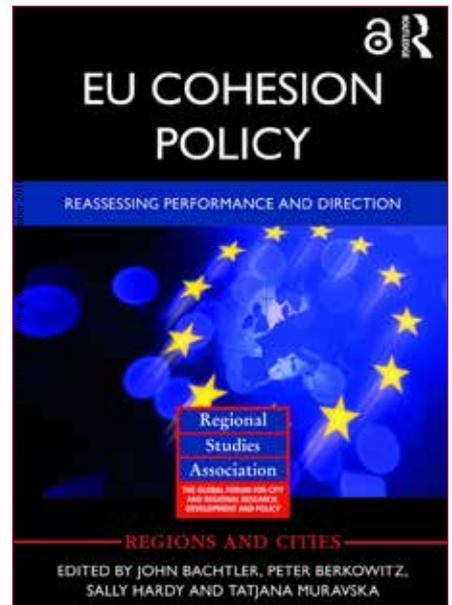


A publicação inclui pontos de vista de peritos e um questionário interessante para testar os conhecimentos dos leitores acerca das estratégias macrorregionais.

SAIBA MAIS

<http://europa.eu/!WD86hd>

POLÍTICA DE COESÃO DA UE, REAVALIAÇÃO DO DESEMPENHO E DA ORIENTAÇÃO



Este livro reúne académicos, membros das instituições europeias e decisores políticos a nível regional e nacional com o objetivo de avaliar o desempenho e a orientação da Política de Coesão da UE no contexto das reformas mais significativas para a política numa geração. Dando resposta a anteriores observações críticas sobre a eficácia da política, as alterações políticas introduzidas em 2013 alinharam os Fundos Europeus Estruturais e de Investimento com a estratégia Europa 2020 e introduziram medidas destinadas a melhorar a coerência estratégica, o desempenho e o desenvolvimento integrado. O livro foi publicado em regime de acesso livre («Open Access»), pelo que pode ser descarregado a título gratuito.

SAIBA MAIS

<http://www.tandfebooks.com/action/showBook?doi=10.4324/9781315401867>

NOTÍCIAS [BREVES]

A UE INVESTE NA INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES POLACA

A Comissão Europeia aprovou três «importantes projetos» no valor total de 350 milhões de euros, que serão disponibilizados pelo FEDER e pelo Fundo de Coesão. O objetivo é melhorar a ligação regional e internacional e racionalizar o tráfego circundante ou o tráfego ao longo do corredor Báltico-Adriático da Rede Transeuropeia de Transportes (RTE-T).

O primeiro projeto, que beneficiará de 93,5 milhões de euros do Fundo de Coesão, abrange a construção de uma variante perto da cidade de Radom, na região de Mazowieckie, na via expresso S7. O objetivo é reduzir o congestionamento do tráfego em volta da cidade, assegurando simultaneamente uma liga-

ção rápida às redes rodoviárias internacionais. O segundo projeto, que recebeu uma dotação de 154 milhões de euros do Fundo de Coesão, está a financiar obras de beneficiação ao longo da via expresso S8, nas regiões de Mazowieckie e de Podlaskie, a fim de facilitar o acesso às ligações inter-regionais na rede rodoviária RTE-T. Finalmente, o último projeto, no valor de 103,5 milhões de euros, a financiar pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, envolve a conceção e a construção de duas variantes na região de Kujawsko-Pomorskie, perto das cidades de Inowrocław e de Brodnica. Estas variantes permitirão aliviar o congestionamento do tráfego nos centros das cidades. ■

SAIBA MAIS

FEEI: <http://europa.eu/!vP47kw>

RETIFICAÇÃO

A página 41 da *Panorama 58* contém um erro no último parágrafo do artigo de Marjorie Jouen, intitulado «Garantir a futura coesão política pós-2020». O texto deveria ter a seguinte redação: «É necessário promover a cooperação territorial como método de implementação de programas de investimento regional entre zonas urbanas e rurais, áreas costeiras e montanhosas e autoridades locais, além de constituir um objetivo específico», em vez de «É necessário promover a competição territorial como método de...».

Lamentamos profundamente o erro e pedimos desculpa por eventuais equívocos.



AGENDA

30-31 DE MARÇO DE 2017

Bruxelas (BE)

Fórum das Regiões Ultraperiféricas

26-27 DE JUNHO DE 2017

Bruxelas (BE)

Fórum sobre a Coesão

JUNHO DE 2017

Local a confirmar

Conferência sobre as RIS3

9-12 DE OUTUBRO DE 2017

Bruxelas (BE)

Semana Europeia das Regiões e dos Municípios

10 DE OUTUBRO DE 2017

Bruxelas (BE)

Cerimónia de entrega dos Prémios RegioStars

INFORMAÇÃO JURÍDICA

A Comissão Europeia, assim como qualquer pessoa agindo em seu nome, não pode ser considerada responsável pela utilização das informações contidas na presente publicação, nem por quaisquer erros que possam ser detetados não obstante o trabalho cuidadoso de preparação e verificação.

A presente publicação não reflete, necessariamente, a opinião ou posição da Comissão Europeia.

Luxemburgo: Serviço das Publicações da União Europeia, 2016

ISSN 1725-8154

© União Europeia, 2016

Reprodução autorizada mediante indicação da fonte.

(*) Os direitos das imagens em questão foram concedidos exclusivamente para utilização na revista *Panorama* (número 59) e não para outros usos; a imagem pode ser reproduzida no contexto da *Panorama* 59 e das suas versões nas várias línguas; a imagem não pode ser reproduzida para outros fins.

É necessária a autorização do(s) titular(es) dos direitos de autor para a utilização/reprodução de material de terceiros sujeito a direitos de autor e que esteja indicado como tal.

Printed in Belgium

Esta revista é impressa em papel reciclado em inglês, francês, alemão, búlgaro, grego, espanhol, italiano, polaco e romeno. Está disponível em linha em 22 línguas no sítio:

http://ec.europa.eu/regional_policy/pt/information/publications/panorama-magazine/

O conteúdo da presente edição foi concluído em dezembro de 2016.

FOTOGRAFIAS (PÁGINAS):

Capa: © iStock, xeni4ka

Página 4: © Jan Olbrycht, Intergrupo URBAN

Página 5: © Joan Clos, ONU-Habitat

Página 7: © Comissão Europeia

Página 10: © iStock, xeni4ka

Página 11: © Thinkstock

Páginas 14, 15: © Comissão Europeia

Páginas 18, 19, 20, 21: © Comissão Europeia

Página 22: © ADR Nordeste da Roménia /

Aliança de Províncias do Norte dos Países Baixos

Página 23: © Autoridade de Gestão do FEDER, Toscana

Páginas 26, 27: © Comissão Europeia

Página 28: © Comissão Europeia

Página 29: © IDA VIB architecture

Página 30: © Cidade de Saint-Dizier, © Nancyclotep

Páginas 31, 32, 34, 35: © Comissão Europeia

Página 39: © iStock, gradyreese

Página 42: © iStock, MsLightBox, MarTech LNG

Página 44: © GRNET

Página 45: © dutchgamegarden

Página 46: © CRPM

Página 47: © Comissão Europeia

MANTENHA-SE LIGADO



ec.europa.eu/regional_policy
cohesiondata.ec.europa.eu



@EU_Regional
 #CohesionPolicy | #ESIFunds



EUinmyRegion



flickr.com/euregional



RegioNetwork



yammer.com/RegioNetwork



ec.europa.eu/commission/2014-2019/cretu_en
 @CorinaCretuEU

Poderá encontrar mais informações sobre estes eventos na secção Agenda do sítio Inforegio:

http://ec.europa.eu/regional_policy/pt/newsroom/events/



■ Serviço das Publicações

Comissão Europeia
 Direção-Geral da Política Regional e Urbana
 Unidade de Comunicação – Ana-Paula Laissy
 Avenue de Beaulieu 1 – B-1160 Bruxelas
 Endereço eletrónico: regio-panorama@ec.europa.eu